

## Neste Número:

**ALERTA NA FRENTE DO PETRÓLEO** — Comentário Político (na terceira página)

**PERPLEXIDADE E HIPOCRISIA** — Artigo de Almir MATOS (Na quinta página)

**CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E LIBERTAÇÃO NACIONAL** — Declaração do Partido Comunista da Venezuela (na 9a. página)

**PARA REAGRUPAR A ESQUERDA FRANCESA** — Artigo de Jacques DUCLOS (na 4a. pág.)

**INICIOU-SE CRISE MUNDIAL DE SUPERPRODUÇÃO** — Análise do economista EUGÊNIO VARGA (na quinta página)

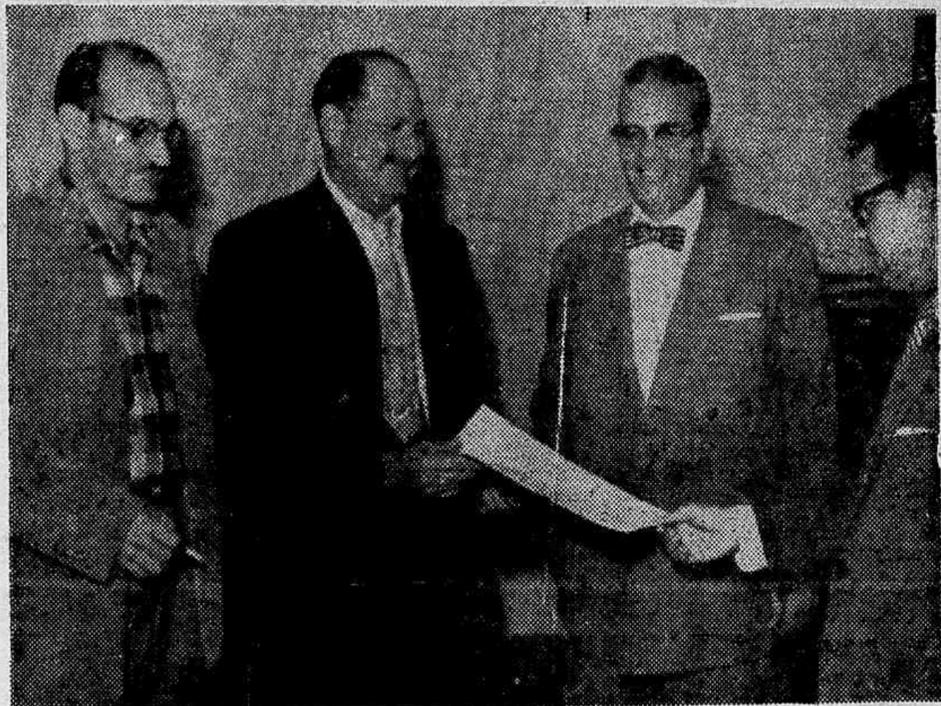
**A CRISE FRANCESA** — Crônica Internacional (na 2a. página)

# QUEM PROMOVE E QUEM FACILITA A AGITAÇÃO DERROTISTA

LEIA EDITORIAL NA 3ª PAG.



**MARÍTIMOS NA CÂMARA FEDERAL** — Milhares de trabalhadores marítimos estiveram, terça-feira última, concentrados em frente à Câmara Federal. Conduzindo faixas e cartazes, aqueles trabalhadores reivindicavam regime de urgência para a aprovação da mensagem 110. A foto fixa um flagrante da concentração (Nota na 11ª página)



**DIRIGENTES COMUNISTAS DA VENEZUELA** — O clichê acima nos mostra (da esquerda para a direita) os camaradas Pompeyo Marquez, Jesus Faria e Gustavo Machado, membros do secretariado do Partido Comunista da Venezuela, no momento em que entregavam uma declaração à imprensa. Na nona página, publicamos o texto desta declaração.

## Velhos e Novos Problemas Do Privilégio Cafeeiro

ARTIGO DE JACOB GORENDER

(Leia na página central)

# VOZ OPERÁRIA

Nº 468 ☆ RIO DE JANEIRO, 24 DE MAIO DE 1958



AS «BOAS VINDAS» DA AMÉRICA LATINA A MR. NIXON

# Abalado o Regime Salazarista

A campanha eleitoral portuguesa, se de mais nada valesse, serviria pelo menos para demonstrar ao mundo a impopularidade do atual regime e, particularmente, do sr. Oliveira Salazar.

Efetivamente, o que mais tem agradado ao povo lusitano, na campanha empreendida pelo gal. Humberto Delgado, um dos candidatos da oposição, é a sua expressa de-

terminação de demitir Salazar, se for eleito.

Nos últimos dias, milhares de portugueses, em Lisboa, no Porto e em outras cidades, têm manifestado seu repúdio à política fascista do governo, através do apoio ativo ao general Delgado. Este, embora egresso das hostes salazaristas, vem representando, para o povo, as idéias de renovação, de um clima de liberdade,

de melhores condições de vida.

Os círculos oficiais portugueses não conseguem ocultar que as grandes manifestações de massa desta última semana foram as maiores de que se tem notícia nos últimos anos. Chama também a atenção dos observadores o elevado espírito de luta demonstrado pelo povo, que enfrenta nas ruas a violência e o terror da polícia de Salazar.

A polarização das forças populares em torno de Humberto Delgado tem se acentuado. Grandes líderes democratas, como o professor Ruy Luz Gomes aderiram à sua candidatura. Cunha Leal, ex-presidente do Conselho também deu sua adesão ao general Delgado e apelou, no mesmo sentido, para o sr. Arlindo Vicente, outro candidato oposicionista.

Respondendo às versões oficiais sobre os incidentes de Lisboa e do Porto, Cunha Leal declarou: "Foram espingardeadas pessoas que se manifestavam pacificamente e ainda desprevenidos transeuntes. Não é possível que se invertam os papéis, pretendendo-se transformar o agredido em agressor." Como se sabe, o governo Salazar acusou os manifestantes de provocadores, o que não chega a ser inédito.

Salazar, assustado com o vulto das manifestações, procura impedir a campanha eleitoral. Candidatos são cercados em suas casas e impedidos de comparecer a reuniões. Delgado, recentemente, teve que reagir energicamente a uma tentativa de prisão. Dezenas de populares foram feridos a bala e a sabre. E, agora, são baixadas "normas para as eleições", com a proibição de comícios (!) "a fim de impedir choques com a polícia"...

Dentro desse clima de terror, sabemos que as eleições portuguesas não serão livres. No entanto, qualquer que seja o seu resultado, a campanha eleitoral já abalou, em seus alicerces, o governo fascista de Craveiro-Salazar, pondo a nu toda a sua impopularidade e desmentindo categoricamente o alegado apoio popular aos opressores do povo luso.



Os trabalhadores chineses podem hoje festejar livremente o 1º de maio. Passaram os tempos de Chiang Kai Shek, quando as manifestações operárias eram inteiramente proscritas. No clichê acima, um flagrante do desfile do último 1º de maio, em Pequim. Vê-se um contingente de artistas, que atravessam a Praça Tienanmen, executando danças com o loque e a sombrinha (Foto da Agência HSINHUA)

## AMEAÇAS IANQUES NO LÍBANO

Numa semana repleta sob o ponto de vista internacional, também o mundo árabe foi agitado pelos acontecimentos do Líbano. As tentativas de Chamoun para perpetuar-se no poder contou com a decidida oposição do povo libanês. Elemento inteiramente dócil à pressão norte-americana, procura Camille Chamoun in pedir a luta pela unidade do mundo árabe e tenta conservar seu pequeno país como base de agressão aos países socialistas.

Em Beirute e Tripoli, prosseguem os choques, estando vastas regiões do país em poder das forças que se opõem ao domínio norte-americano e lutam pela política de neutralidade ativa.

O governo americano vem procurando qualquer pretexto

para intervir com suas tropas no Líbano. A 6ª esquadra já ronda ameaçadoramente, o litoral libanês, e tanques e armamentos já foram enviados para ajudar o governo Chamoun. A "Doutrina Eisenhower", repudiada pelos povos árabes, está sendo invocada para "legalizar" a intervenção ianque.

Por outro lado, a União Soviética advertiu severamente os provocadores de guerra de que os países pacíficos não permitirão a transformação do Líbano em perigoso foco de um conflito, o que, certamente, teria consequências desastrosas para todo o mundo, podendo mesmo significar o estopim de uma nova catástrofe, que os povos, a todo custo, procuram evitar.

Partindo de um satélite artificial da Terra à velocidade de 3.129 M seg., poder-se-á efetuar um voo sem escala Terra-Lua-Terra em 10 dias e 11 minutos.

(Prof. de Astronáutica, A. STERNFELD)

LEIA: O VOO NO ESPAÇO CÓSMICO

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sobrado. D. F. (antiga Rua das Marréas) Tel.: 22-1613

Crônica Internacional

## A CRISE FRANCESA

A situação na França não se desenvolveu de acordo com os desígnios fascistas das forças da extrema direita, reacionárias e ultracolombistas. A República, a pique de sossobrar ante a sedição militar na Argélia, que encontrou alguma repercussão na metrópole e que teve em De Gaulle seu inspirador, já agora sem máscaras, encontrou forças que souberam unir-se, resistir e defender a legalidade. A posição ao mesmo tempo firme e flexível da classe operária, orientada no que tem de fundamental pelo Partido Comunista Francês, determinou uma aglutinação de correntes e partidos políticos que tornou possível ao governo enfrentar com êxito a situação. Enquanto no parlamento se compunha expressiva maioria, decidida a armar o gabinete Pflimlin dos meios legais necessários ao combate aos sediciosos, os operários manifestavam de maneira clara a decisão de lutar com seus recursos próprios para impedir que a França caísse sob a ditadura e mergulhasse na guerra civil. E dessa decisão foi exemplo a greve durante a entrevista de De Gaulle à imprensa. As forças que sustentam a República mostraram, assim, sua disposição e capacidade em defendê-la.

Mas, seria ilusório acreditar-se que a vitória já esteja assegurada e que os perigos tenham sido inteiramente conjurados. Os fatos estão mostrando que a situação ainda não se normalizou. Prossegue a ação, ostensiva e oculta, dos sediciosos, que encontram no território argelino seu ponto principal de apoio. E De Gaulle, na entrevista aos jornais, deixou bastante clara sua atitude de lowor aos que se insurgiram na África contra o poder central e sua pretensão de assumir o governo por caminhos extra-legais e com poderes discricionários.

A verdade é que, embora o período mais agudo da crise possa ser ultrapassado (e tudo indica que o será) a situação na França só poderá encontrar uma fase de normalidade consolidada quando for dada solução justa ao problema da guerra na Argélia, pois é esse o problema que está na raiz de todos os acontecimentos, levando o país a uma situação econômico-financeiro de-

sastrouza, de ininterrupto exaurimento, e à instabilidade política permanente, o que tem constituído terreno propício à ação dos que pretendem golpear a República.

Já foi assinalado, por personalidades de diversas tendências, que os gastos militares atuais da França, particularmente com a guerra colonialista contra o povo argelino, freiam sua expansão econômica. Além dos créditos diretos para financiar as operações militares, a importação de armamentos, quase igual a zero em 1955, elevou-se a 50.000 milhões de francos em 1956 e a 90.000 milhões em 1957, o que abriu larga brecha em sua balança de pagamentos. E indústrias das mais importantes, como a eletrotécnica e de construção de maquinários, se orientaram cada vez mais para atender a pedidos de material bélico. Por outro lado, sabe-se que o governo de Guy Mollet se formou, depois das eleições de 2 de janeiro de 1956 à Assembleia Nacional, sob o signo da paz na Argélia. Entretanto, bastou o motim de caráter fascista do dia 6 de fevereiro, com as turbulentas manifestações organizadas na Argélia por ocasião da chegada do chefe do governo, para que a direção socialista fosse resvalando para uma política de apoio declarado aos ultra-colonialistas. E o prosseguimento dessa política reacionária, em oposição à vontade manifestada nas urnas pela maioria do povo francês, veio tendo como instrumento gabinetes formados à base de coligações de que participam os da direita colonialista, com o isolamento do maior partido da França, o Partido Comunista. Aí a causa da instabilidade ministerial.

A saída para a situação francesa estará, pois, no que Maurice Thorez chamou de "aplicação de uma política fiel às indicações do sufrágio universal", organizando-se um governo baseado numa maioria parlamentar que expresse essas indicações, do qual devem participar os comunistas, e que, ainda de acordo com a vontade manifestada nas urnas pelo povo francês, emminhe, através de negociações, a solução pacífica para o problema da Argélia. Assim a França encontrará saída para a fase crítica que atravessa.

## INQUETOS OS CÍRCULOS IMPERIALISTAS

O fracasso da excursão de Richard Nixon pela América Latina e, particularmente, as grandes manifestações de repúdio ao vice-presidente dos Estados Unidos, continuam tendo a maior repercussão em todo o mundo.

As apressadas acusações a uma "minoría extremista" ceberam lugar a acalorados debates na própria imprensa norte-americana, que, assustada, reflete o que se passa nos altos círculos governamentais. Já se notam com certa clareza divergências entre Nixon e Foster Dulles. Já se fala na necessidade de o governo norte-americano não "ver com tanta simpatia os ditadores de certos países latino-americanos". Como se esse estensivo apoio não fosse, como no caso de Perez Jimenez uma consequência lógica da necessidade dos trustes petrolíferos que dirigem a política ianque.

Segundo Dulles, a política básica do governo norte-ame-

ricano era a de reconhecer todos os governos de fato e dar igual tratamento a eles. Nixon acha que os EE. UU. deveriam ser "menos cordiais" para com as ditaduras...

Também em Porto Rico, sob aberto domínio ianque, houve manifestações de desagrado a Nixon. Telegramas revelaram que inúmeros cartazes pediam a independência do país.

## AMANHÃ, ELEIÇÕES GERAIS NA ITÁLIA

Amanhã e segunda-feira, milhões de italianos comparecerão às urnas, numa das mais importantes eleições de após-guerra.

Esse pleito ocorre num momento particularmente difícil para o povo italiano, um dos mais atingidos pelo último conflito mundial.

O governo democrata-cristão do sr. Zoli, sensível à pressão norte-americana, entrega trechos do território peninsular para a construção de bases para foguetes. A instalação dessas rampas tem sido um dos pontos centrais da campanha eleitoral, levantando-se contra a medida, energeticamente, o Partido Comunista Italiano.

Esta foi uma das mais agitadas campanhas eleitorais na Itália. Ainda recentemente, levantou protestos de partidos das mais variadas tendências a aberta intromissão do clero no pleito. O Partido Democrata Cristão, desesperado ante a perspectiva de um fracasso, procurou valer-se de um pronunciamento oficial da Igreja a seu favor. Pela primeira vez, o clero italiano, oficialmente, ordenou a votação em determinado partido.

As agências telegráficas não conseguem ocultar que os comícios eleitorais do P.C.I. têm constituído um grande êxito. E o tema central da campanha empreendida pelos comunistas italianos tem sido a luta contra a instalação de rampas para foguetes, cuja construção tornaria vulnerável um país de elevado índice demográfico.

Palmiro Togliatti tem acentuado a necessidade de quebrar, nas eleições de amanhã, o monopólio democrata-cristão. Falando sobre a questão das bases, disse o dirigente do P.C.I.: "Cada uma dessas bases custará dezenas de bilhões de liras e somente servirão para nos expor ao risco de um massacre atômico". Salienta a seguir que o

Abertura de Inquéritos no Congresso americano, longos editoriais nos principais jornais do país, divergências Nixon-Dulles, tudo isto reflete a inquietação reinante nos círculos imperialistas com os acontecimentos ocorridos nos países até aqui considerados como quintal dos neo-colonialistas.

governo democrata-cristão, ao invés de resolver os problemas econômicos e os do desemprego, encara apenas a instalação de bases.

## VITÓRIA DOS COMUNISTAS NA GRÉCIA

Os comunistas gregos conquistaram uma grande vitória nas eleições de 11 de maio, passando o seu partido, EDA a constituir o segundo partido do país.

Os comunistas helênicos obtiveram 24 por cento do total de sufrágios, conquistando 78 dos 300 postos do Congresso, duplicando, dessa forma, o seu poderio.

A União Radical Nacional, encabeçada pelo chefe do governo, obteve 41 por cento dos votos e 173 cadeiras, enquanto o Partido Liberal (centrista) sofreu séria derrota. Seus dirigentes esperavam obter o segundo lugar e conquistaram apenas 36 cadeiras.

Não contavam os círculos oficiais gregos com essa vitória alcançada pela EDA, afirmando-se que o "progresso inesperado" dos comunistas constituiu "a maior surpresa das eleições".

No entanto, a grande votação nos candidatos da EDA foi o reflexo da campanha consequente dos comunistas gregos contra a transformação do país em base de agressão do imperialismo anglo-americano contra os países socialistas. A construção de rampas para foguetes tem levantado decididos protestos e conta com a energética oposição do povo grego que votou, naturalmente, no partido que melhor expressava essa oposição.

# Quem Promove e Quem Facilita a Agitação Derrotista

**E**M DISCURSO, que pronunciou há poucos dias, aludiu o sr. Juscelino Kubitschek ao clima artificial de agitação, que se esforçam por criar certas forças políticas, pouco confiantes em alcançar lissimamente uma vitória eleitoral. Na realidade, é isto o que sucede. As forças mais empenhadas em impôr ao país um curso contrário aos seus interesses vitais se mostram agora particularmente ativas. Presentindo que as eleições de outubro podem resultar no fortalecimento do nacionalismo e da democracia, os setores entreguistas procuram explorar as dificuldades do momento, aproveitam quaisquer pretextos para provocações contra personalidades do movimento nacionalista e, sobretudo, se empenham em convencer a opinião pública de que o país estaria à beira do abismo, infelicidade pelas veleidades de progresso e independência.

**VISAM**, com isto, semear dúvidas, incitar as massas politicamente mais conscientes à obstinação e enfraquecer as possibilidades de vitória nacionalista e democrática no pleito de outubro.

**OS SEUS** objetivos não se reduzem, porém, somente ao plano eleitoral. Explorando cavilosamente certas dificuldades do comércio exterior e da balança de pagamentos, os setores entreguistas, de dentro e de fora do governo, preparam o ambiente para novas concessões ao imperialismo norte-americano. Em troca de créditos de Washington, pretendem levar o governo a ceder às exigências dos monopólios dos Estados Unidos, realizando a reforma cambial que a eles convêm, criando novos privilégios às inversões de capital estrangeiro e abrindo brechas no sistema do monopólio estatal do petróleo.

**E' NECESSARIO** alertar a opinião pública contra todas estas manobras do entreguismo. É impossível, porém, deixar de acentuar que o próprio governo do sr. Juscelino Kubitschek tem facilitado estas manobras, com a política dúbia, contraditória e às vezes francamente negativa, que aplica na esfera de certas questões essenciais. Apesar de tão repetidos protestos, inclusive de círculos os mais representativos da burguesia, continua a ser praticada a política de

privilégios e de portas escancaradas para o capital estrangeiro. A justa orientação de defesa dos preços do café não é associada a outra medida de grande alcance para a economia nacional, ou seja, a normalização das relações com a maior parte do mundo socialista. Empréstimos estão sendo negociados em Washington e é difícil imaginar a sua obtenção sem concessões onerosas para a economia nacional. E — o que tem importância toda especial — a política geral do governo, embora estimulando iniciativas progressistas em certos setores da economia, é realizada com o simultâneo agravamento da situação das massas. Por mais significativa que seja, por exemplo, para os trabalhadores a conquista da aposentadoria integral, apesar das limitações da lei aprovada, o fato fundamental e mais impressionante continua a ser a inflação, que deposita sobre os ombros das massas o peso maior das dificuldades.

**ASSIM**, torna-se evidente que a agitação derrotista e a pregação do alarme partem de forças bem definidas, as mesmas forças que em agosto de 1954 e em novembro de 1955 tentaram impôr ao povo brasileiro uma ditadura terrorista a serviço dos monopólios norte-americanos. Torna-se, porém, evidente, por outro lado, que os propósitos dessas forças antinacionais são facilitados por uma política que encerra graves capitulações e que não se afirma por um caráter popular. Tal política, se não sofrer a tempo profundas modificações, infundará inevitavelmente para o desgaste do governo do sr. Juscelino Kubitschek.

**AO POVO** brasileiro não pode interessar de modo algum esse tipo de agitação, que encobre sinistros objetivos de entreguistas e aventureiros golpistas. Os homens nacionalistas do governo contam com o apoio de amplos setores da opinião pública para defender as conquistas patrióticas e garantir a legalidade democrática. Mas este apoio poderá ser muito mais entusiasta e dinâmico se, ao invés de capitulações diante do entreguismo, o governo se encaminhar com decisão para as modificações de caráter nacionalista, democrático e popular, que a situação econômica e política do país reclama com urgência.

# Biografia e Profissão de Fé De um Entreguista

"Visão", a conhecida revista norte-americana que aqui se edita em português (com todos os tiques de tradução, no a-pê-nda-letra tanto idiomático como conceitual, psicológico e ideológico), faz em recente número uma apresentação bombástica. Não anuncia propriamente qualquer descoberta. Mas sente a necessidade de estender-se em detalhes biográficos para imprimir a maior importância à figura que projeta na capa, isto é, o Sr. Roberto Campos.

**WHO IS WHO?** Quem é o Sr. Roberto Campos? Antes de situá-lo, valendo-se até de dados introspectivos que traem a colaboração autobiográfica, "Visão" o filia a um acontecimento: à instalação, no fausto 10º andar do Ministério da Fazenda, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Se o *pedágogo* se afere pelo valor da origem, o acontecimento — mãe a que a revista vincula o homem é tratado enocmiasticamente. Em oposição a fatos notórios, diz que a Comissão Mista deu a nosso país um vigoroso impulso. Não tanto pelos empréstimos — confessa — que o Eximbank deixou de realizar integralmente e que Banco Mundial considerou sempre mero engodo. Pela nutrida criação que aquele viveiro proporcionou. Além de outros "havia Roberto Campos".

Mas de onde saiu esse espécime? O Sr. Roberto Campos, saído de um seminário católico de Culabá, onde cursou teologia, matriculou-se na Escola de Economia da Universidade George Washington, nos Estados Unidos. Foi o discípulo amado de um irmão de Dean Acheson. Daí saiu para um curso de pós-graduação na Universidade de Columbia. Ingressou no Itamarati, foi servir, naturalmente, em nossa embaixada nos States. Depois de ser recrutado para a equipe de nativos da dita Comissão Mista, continu-

ou sua carreira e é hoje diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Essa, a ficha.

Assim recomendado ao leitor, o Sr. Campos é posto a falar em resposta ao que dele deseja ouvir a revista. A primeira indagação: se a nossa crise cambial resultou diretamente do processo de industrialização. A segunda: se a escassez de divisas não virá paralisar esse processo e forçar uma estagnação do nosso desenvolvimento industrial. Os temas já dizem muito pela simples enunciação.

Responde o Sr. Roberto Campos. O mal está "muito menos" no processo de industrialização do que no método adotado para incentivá-lo e financiá-lo. Ao nosso método, prefere o adotado na Venezuela e no Peru: portas abertas ao capital estrangeiro, ao capital financeiro dos monopólios internacionais. Quanto ao segundo quesito, o entrevistado prevê dificuldades, a menos que nos esforcemos por "manter o alto ritmo de ingresso de capitais estrangeiros, que se verificou nos últimos dois anos".

Não se dá conta o economista da George Washington University do contra-senso de sua receita. Pois se diz em relação ao primeiro quesito que as dificuldades cambiais resultam da seleção de capitais estrangeiros, como recomendar que mantenhamos o alto ritmo de ingresso de capitais estrangeiros "nos últimos dois anos"? Se o alto ritmo de ingresso não obsteu a crise cambial, como seu prosseguimento a resolverá?

Mas o melhor da entrevista é quando o Sr. Roberto Campos teoriza. Entende que se deve adotar um "nacionalismo de fins", recorrendo ao "internacionalismo de fatores" e ao "supranacionalismo de mercados". Quer o Mercado Regional Latino-Americano, como o Mercado Comum Europeu. A propósito do

movimento nacionalista brasileiro opina que a receita do desenvolvimento econômico é demasiado complexa para ser abrangida por "qualquer slogan ideológico". E, citando Roosevelt, acha que já conhecemos as alegrias da independência e é tempo de descobrirmos as virtudes da interdependência. Com essa doutrina, faz a defesa da Instrução 113, dando-nos implicitamente uma exemplificação concreta (al está o caso da American Can) do que entende por interdependência. Isso, depois das alegrias da independência que a América Latina continua conhecendo na deposição e morte de Vargas, no assalto da United Fruits à Guatemala, na recente concentração de fuzileiros nas Caraíbas para a agressão à Venezuela.

Não é com definições capelotas que se desacredita o movimento nacionalista. Não há lugar para formulações abstratas. O fundamental é saber, em face do petróleo, por exemplo: quem está contra e quem está a favor da Petrobrás, quem defende o monopólio estatal e quem advoga a entrega à Standard Oil, em nome de uma interdependência que só existiria em benefício do pote de ferro, contra o de barro... No caso do café quem é pela sustentação dos preços e quem prefere atender à imposição dos baixistas lanques?

A biografia e a profissão de fé do Sr. Roberto Campos, que "Visão" pública, têm um inegável mérito. Chamam a atenção dos patriotas brasileiros — e devem advertir os setores nacionalistas do governo — para o entreguista que ocupa neste momento a superintendência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

# Comentário Político

## Alerta na Frente do Petróleo

**A ATENÇÃO** dos setores mais responsáveis do movimento nacionalista vem se concentrando nos últimos dias em novas ocorrências na frente do petróleo: a substituição do presidente do CNP e a luta aberta entre os interesses nacionais e estrangeiros pela posse das indústrias petroquímicas.

Segundo tem transpirado, há uma relação estreita entre os dois fatos. A batalha em torno da petroquímica vem se travando há algum tempo, desde quando o CNP entregou a firmas subsidiárias de monopólios americanos a exploração dos gases e resíduos de petróleo da refinaria de Cubatão. Como se trata de um setor industrial da maior importância no mundo moderno, importantes forças nacionalistas vinham se pronunciando contra tal concessão.

A última escaramuça foi ganha pelos partidários da incorporação da petroquímica ao monopólio estatal. Sob a pressão simultânea das correntes nacionalistas — sobretudo do Exército — e dos grupos entreguistas enquistados no governo, o Conselho Nacional do Petróleo acabou aprovando o parecer do coronel Geisel, pelo qual são entregues a "Petrobrás" os resíduos da futura refinaria de Caxias, para a fabricação de borracha sintética. Essa decisão contrária a orientação adotada até o momento pelo governo, favorável à iniciativa privada no terreno da petroquímica. Contrária às próprias atitudes assumidas anteriormente pelos dirigentes do CNP. A esta brusca reviravolta num dos aspectos da política petrolífera estaria ligada a exoneração do general Mario Poppe de Figueiredo e sua substituição pelo coronel Alexínio Bittencourt.

O novo presidente do CNP, em seu discurso de posse, reafirmou em termos gerais a política nacionalista do petróleo, caracterizada pelo monopólio estatal, acrescentando, porém, que em relação a esse setor surgem "novos aspectos, que são a exigir uma pronta e imediata formulação de diretrizes". E acentuou que tais aspectos novos "emprestam maior gravidade às decisões que deverão ser tomadas pelo Conselho Nacional do Petróleo, na fase que ora se inicia". Citou, particularmente, entre as novas questões a serem resolvidas, a exploração do petróleo boliviano, o estabelecimento da indústria petroquímica e o aperfeiçoamento da rede de refinarias nacionais e do sistema de distribuição dos produtos petrolíferos.

Em torno da pessoa do coronel Alexínio Bittencourt e de suas palavras no discurso do CNP levanta-se, no entanto, toda uma onda de elocubrações nos arrais do entreguismo. O "Correio da Manhã" acha que só agora, com a nomeação do coronel Alexínio, pode começar realmente para o Brasil o tratamento a sério do problema do petróleo. As palavras do coronel são interpretadas no sentido de que o monopólio estatal do petróleo ainda é uma matéria sujeita a comprovação — como se a realidade da "Petrobrás" não tivesse já comprovado soberanamente o triunfo indiscutível da tese nacionalista. Quanto à indústria petroquímica, o "Correio" lembra que o CNP e o Presidente da República já têm um ponto-de-vista firmado, favorável à alienação desse importante ramo industrial aos interesses estrangeiros, e proclama suas esperanças de que o novo presidente do CNP confie a petroquímica à iniciativa privada dos trustes americanos.

As forças nacionalistas não podem deixar de interessar-se profundamente pela sorte dessa nova indústria, levando em conta o que ela representará no desenvolvimento econômico do país. Seria suficiente considerar que a valorização do óleo através da petroquímica é dez vezes maior que a valorização atra-

resíduos de petróleo é que se fabricam fibras de nylon, plásticos, borracha sintética e cerca de 5 mil produtos diversos.

As modificações que se anunciam na política petrolífera, depois da decisão nacionalista do CNP, devem pôr de sobreaviso todas as forças interessadas no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Alerta para combater qualquer tentativa de recua na política do monopólio estatal, qualquer nova concessão aos trustes. Alerta para apoiar toda e qualquer medida que venha consolidar a política nacionalista e ampliá-la no setor da indústria petroquímica.

## VIDA ECONÔMICA

### O QUE REVELA A BALANÇA DE PAGAMENTOS

A balança de pagamentos oferece um quadro de todo o complexo de relações econômicas do país com o exterior. Dela constam a balança comercial (exportação e importação de mercadorias), os gastos ou entradas a título de fretes e seguros, a entrada e saída de capitais amortização e juros de empréstimos, serviço de dividendos, royalties, etc. A análise da balança de pagamentos, num período mais ou menos dilatado, fornece um índice bastante aproximado do grau de independência ou dependência econômica em que se encontra determinado país.

Se considerarmos a balança de pagamentos do Brasil no decênio 1947-56, o primeiro dado que se impõe é o déficit global de 816 milhões de dólares. Acrescentando o déficit de 193 milhões de dólares registrado no ano passado, vemos que, a partir de 1947, nas suas contas com o estrangeiro, o nosso país acumulou um saldo devedor de 1.009 milhões de dólares.

Aonde se originou este enorme déficit? Será que o país agiu de modo imprevidente, comprando acima da receita procedente de suas vendas?

De modo algum. Deu-se o contrário, pois, no decênio 1947-56, vendemos mais do que compramos. Em termos FOB, isto é, sem incluir os itens fretes e seguros, a nossa balança comercial registrou, naquele período, um superávit global de 2.096 bilhões de dólares. Um saldo positivo respeitável, suficiente para deixar-nos tranquilos, se não ocorressem outros problemas.

Um desses problemas é o que se refere ao pagamento de fretes e seguros. Com uma frota mercante envelhecida e mal aproveitada, que transporta muito aquém de sua capacidade de carga, tivemos, no decênio referido, no item transportes, uma receita de 307 milhões de dólares para uma despesa de 1.831 milhões. Logo, um déficit de 1.524 milhões de dólares, parte da quantia que beneficiou os armadores e companhias de seguros estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Daí se compreende toda a importância, que tem o reaparelhamento e ampliação da frota mercante nacional, com a aplicação simultânea de uma orientação combativa para transportar o máximo possível de mercadorias em navios brasileiros. Isto significa economia de divisas e, portanto, maior capacidade de importação.

Entretanto, o item mais pesado de nossa balança de pagamentos é o que se relaciona com o capital estrangeiro. Aí é que particularmente se revela o grau de dependência da economia nacional.

No período 1947-56, excluindo os reinvestimentos, que são derivados de lucros obtidos aqui mesmo, as entradas de capital estrangeiro (investimentos, empréstimos e outros) somaram 957 milhões de dólares. Acrescentando 36 milhões de dólares decorrentes de rendas de investimentos e outros serviços brasileiros no exterior, registra-se uma entrada total de 993 milhões de dólares.

Eis, porém, o lado oposto: no mesmo período, a saída total foi de 2.733 milhões de dólares. Aí se incluem as rendas dos investimentos estrangeiros, repatriação de capital, pagamento de "royalties", patentes e assistência técnica, amortização de empréstimos, etc. Logo, no que se refere ao movimento global do capital estrangeiro, us-tapondo entrada e saída a nossa balança de pagamentos registra, em dez anos, um déficit de 1.740 milhões de dólares. Somando-o ao déficit de 1.524 milhões, resultante do item transportes, como já vimos acima, temos um saldo devedor de 3.264 milhões de dólares, que o superávit da balança comercial ficou longe de poder cobrir.

Todos estes cálculos, que se baseiam em dados oficiais da SUMOC e que, em seu número de abril último, foram objeto de estudo da revista "Conjuntura Econômica", são mais do que suficientes para fundamentar a conclusão dos comunistas em sua recente Declaração política:

"A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida de sua população".

# PARA REAGRUPAR A ESQUERDA FRANCESA

JACQUES DUCLOS

COMPLICA-SE mais e mais a situação na França, enquanto se acentuam as divergências entre as diversas formações políticas da burguesia.

Um dos elementos essenciais dessas divergências se situa na guerra da Argélia, que os ultra-colonialistas e seus sustentáculos querem continuar, declarando-se certos de obter a vitória, enquanto reforçam-se as correntes de opinião favoráveis à procura de uma solução negociada.

O semanário «L'Economie» publicava, em seu número de 6 de fevereiro último, estas linhas significativas: «O Parlamento terá breve tempo de escolher entre uma equipe que deseja a guerra a todo preço, e uma equipe mais razoável que tentará, dentro da honra e da dignidade, renovar o contato com o mundo árabe e concluir uma paz de compromisso... Se a segunda equipe tiver a coragem de assumir suas responsabilidades, tudo poderá ser salvo; do contrário, pode-se temer o pior: isto é, a derrocada de uma potência que de nenhum modo estará preparada para suportar um choque desta importância.»

Por seu lado, o semanário «La Vie Française» não vacila em escrever, em seu número de 7 de março último: «A guerra da Argélia compromete o futuro econômico da França.»

Este semanário insiste no fato de que as despesas necessárias para prosseguir a guerra da Argélia têm como resultado a redução dos investimentos. «Não se pode aceitar que a compressão dos investimentos industriais trave a nossa economia, no momento em que o Mercado Comum se torne uma realidade» — escreve ele, juntando, depois de mencionar a redução dos créditos destinados às habitações: «Se se persistisse neste caminho, numerosos franceses na metrópole, acabariam por desejar a perda da Argélia.»

x x x

Em verdade, em um número cada vez maior de franceses, dos quais muitos acreditavam, durante todo um período, que o problema argelino poderia ser resolvido pela força, surgem dúvidas.

Basta, por exemplo, ver de que modo reagem hoje homens como Pierre Mendès-France e François Mitterand e fazer a comparação entre sua posição atual e a sua atitude no início da guerra da Argélia, para medir o caminho percorrido.

Do ponto de vista da compreensão dos problemas da Argélia, importantes resultados já haviam sido obtidos antes das eleições de 2 de janeiro de 1956. Os candidatos da esquerda, que em seu conjunto se pronunciavam, com maior ou menor clareza, pela paz, saíram vitoriosos desta consulta eleitoral.

Depois disto, os dirigentes do Partido Socialista, infielmente aos compromissos que haviam assumido, praticaram uma política de «pacificação» que, na realidade, não é senão uma desenfreada política de guerra, e o socialista Robert Lacoste, ministro da Argélia, aparece como um dos colonialistas mais furiosos, o que o credencia aos elogios e à confiança da pior reação.

O comportamento do Partido Socialista na questão da guerra da Argélia teve, como consequência, desfazer a maioria de esquerda eleita a 2 de janeiro de 1956, compeliu o Partido Comunista a deixar de apoiar o govêrno Guy Mollet que, por este fato, tornou-se forçosamente o instrumento da direita. Este comportamento provocou também a ruptura da Frente Republicana que, no momento das eleições de janeiro de 1956, era apresentada como constituindo o agrupamento das forças de esquerda, realizado sem os comunistas.

Os fatos mostraram que a união da esquerda sem o Partido Comunista, que é a força democrática essencial na França, não pode conduzir, em última análise, senão a fazer o jogo da direita.

No curso de muitos meses, a política de guerra na Argélia pôde ser prosseguida sem que prejudicasse a influência e a coesão do Partido Socialista, o qual tirava partido da exploração dos sentimentos chovinistas e mesmo racistas, cujo desenvolvimento era consequência inevitável de sua política argelina, mas hoje a massa do Partido já não segue unanimemente os seus dirigentes.

A ampla corrente de opinião que, à exceção dos comunistas e de alguns outros, se pronunciava até recentemente pelo prosseguimento da guerra da Argélia, pertence doravante ao passado. E o fato de que, por exemplo, a questão de um eventual reagrupamento da esquerda retenha a atenção de numerosas personalidades políticas, testemunha a importância das mudanças ocorridas.

x x x

É de toda a evidência que a política argelina, feita com o concurso dos dirigentes socialistas, dá cada vez mais a impressão de ter sido superada e de não abrir qualquer perspectiva favorável.

Nestas condições, pode-se observar que os meios capitalistas franceses não vêem o problema argelino exatamente da mesma maneira, ainda que as divergências não se manifestem sempre com uma clareza muito grande.

Certos meios de negócios atribuem uma importância primordial à salvaguarda e às possibilidades de desenvolvimento frutífero dos seus investimentos, o que os compele a focalizar a solução política do problema argelino em função dessas considerações e mais ou menos em contradição com os métodos ferozmente colonialistas aos quais se aferram os «ultras». Estes mostram-se dispostos a tudo para conservar seus privilégios, não admitindo outra solução senão o esmagamento pela força do povo argelino.

A política do govêrno não cessou de encorajar estes elementos, penetrados de uma ideologia nitidamente fascista. De resto, o estado de espírito anti-democrático, fascista, racista, cujo desenvolvimento foi estimulado em certas formações militares que combatem na Argélia, só pode reforçar as exigências dos «ultras».

Uma situação assim prenhe de ameaças provoca justas inquietações, inclusive no interior do Partido Socialista. Assim é que no número de 20 de fevereiro da «Tribune du Socialisme», que é o órgão dos minoritários da S. F. I. O., Oreste Rosenfeld denuncia «a abdicação do govêrno republicano

N.R. — O artigo, do qual reproduzimos abaixo o texto integral, foi publicado no número de abril passado da revista «Democratie Nouvelle». Escrito pouco antes da crise que agora atinge a França, o artigo do camarada Duclos permite compreender os fatores e as tendências essenciais, que neste momento atuam de modo agudo na França.

dante do exército da Argélia... e dos seus chefes na França..., acrescentando, depois: «O Estado republicano se desagra. A ameaça de um golpe de força militar e fascista torna-se mais nítida. Tudo se passa como se alguns jogassem com a política do pior para, depois da aventura militar e dos repetidos reveses, lançar o país na aventura política.»

E o autor destas linhas termina escrevendo, não sem razão: «Recusando ao povo argelino o direito à independência, a França está em vias de perder sua própria independência.»

Numerosos fatos acentuam que a idéia da necessidade de pôr um fim, o mais depressa; à guerra da Argélia faz grandes progressos na consciência das massas populares e prende desde já a atenção de numerosos homens públicos.

Além disso, torna-se cada vez mais evidente que não se pode chegar a êsse resultado senão com o concurso dos comunistas, os quais propuseram, em diferentes oportunidades, discutir com todos os partidos e agrupamentos de esquerda a



fim de procurar um acôrdo que permita avançar no sentido de uma solução pacífica para o problema argelino.

Esta posição comunista e a insistência posta em torná-la conhecida abrem às massas populares uma perspectiva de restabelecimento da paz, enquanto que os dirigentes socialistas, por força do seu conluio com a direita, estão presos ao prosseguimento de uma guerra «imbecil e sem saída» que conduz a França à catástrofe. E estes dirigentes, querendo justificar-se, tentam fazer crer que não pode haver solução governamental, fora da coalisão do Partido Socialista, com a direita. A esta concepção de caráter reacionário, nós opomos o reagrupamento, tanto no Parlamento como no país, das forças de esquerda que saíram vitoriosas das urnas a 2 de janeiro de 1956, tendo por objetivo fazer uma política de esquerda com um govêrno de esquerda.

x x x

Entre as personalidades políticas consultadas pelo jornal «Combat» sobre a possibilidade de um reagrupamento da esquerda, alguns nada dizem sobre o Partido Comunista, o que amputa o problema de um dos seus dados essenciais, porque, queira-se ou não, seria impossível silenciar, ou considerar como quantidade negligenciável, o importante fator político que constitui o Partido Comunista Francês, primeiro partido da França.

Daniel Mayer, deputado socialista recentemente eleito presidente da Liga dos Direitos do Homem e que sofreu sanções da direção do seu partido em razão de sua atitude oposicionista, fez ao «Combat» declarações não destituídas de interesse.

Relativamente ao problema da ação comum com o Partido Comunista, Daniel Mayer disse: «Não se trata, a meu ver, de preconizar uma aliança com o P. C. Em compensação, bastará que a esquerda não-comunista seja, ela própria, quem retorne aos seus princípios, quem proponha as soluções que deveriam ser naturalmente as suas, para que os comunistas sejam

obrigados espontaneamente a colocar a seu serviço as forças que possuem, no plano parlamentar, no da opinião pública e, mesmo, no plano do desenvolvimento econômico.»

A seguir, Daniel Mayer declarou que, segundo ele, «a iniciativa de um reagrupamento das esquerdas poderia partir dos sindicalistas ou da Liga dos Direitos do Homem.»

Esta última, recentemente, convidou diversas organizações sindicais e outras para uma troca de pontos de vista sobre o problema da defesa das liberdades democráticas.

Os partidos de esquerda, talvez em razão de uma recusa previsível de alguns dêles, não foram convidados para esta entrevista e, entretanto, a união anti-fascista indispensável não se poderá realizar sem a sua participação.

O problema do reagrupamento das forças de esquerda está na ordem do dia e se ainda se percebem manifestações de reservas e hesitações, não é menos certo que se notam profundas mudanças no comportamento de um grande número de personalidades políticas que se proclamam de esquerda.

Diversas outras personalidades consultadas responderam que se a esquerda independente (isto é, uma nova variante da Frente Republicana) se reagrupasse, os comunistas seriam obrigados a levar-lhe seus votos sem condições.

E' assim reconhecida a necessidade do apelo comunista para fazer uma política de esquerda, o que constitui um primeiro passo, não desprezível. No que lhe toca, o Partido Comunista Francês já mostrou em numerosas oportunidades que sabe assumir suas responsabilidades, quando se trata de tomar posição numa determinada questão. Ele o faz com o propósito de favorecer qualquer passo no sentido de uma política conforme aos interesses e às aspirações das massas populares.

Mas, a situação exige algo mais que uma especulação acerca do comportamento presumido dos comunistas. Exige uma união concreta e operante, não somente no Parlamento mas também no país para resolver o problema argelino mediante a negociação, para mudar o curso da política francesa e fazer face ao perigo fascista, que é uma espécie de subproduto do prosseguimento da guerra da Argélia.

x x x

Na entrevista que concedeu ao jornal «Combat», Waldeck Rochet respondeu àqueles que atribuem ao Partido Comunista uma reputação de intransigência, precisando que tais preconceitos são inconsistentes, porque os comunistas se esforçam por contribuir para o reagrupamento, sem colocar nenhuma condição que não possa ser aceita por qualquer das outras formações de esquerda.

Waldeck Rochet precisou que os comunistas se manifestam pela «busca persistente, porém confiante, de um entendimento razoável com todas as outras forças democráticas. Nossos reiterados oferecimentos de procurar, com êles, um compromisso para negociar a paz na Argélia, o testemunham.»

Tratando do problema dos diferentes pontos de vista existentes entre o Partido Comunista e os outros partidos de esquerda, declarou Waldeck Rochet:

«Ninguém ignora que nós denunciámos, em tempo, o Pacto do Atlântico. Os fatos, entretanto, confirmaram inteiramente nossas apreensões para que revíssemos o nosso julgamento. Entretanto, a manutenção ou a ruptura do Pacto do Atlântico não constituiria hoje, a nosso ver, uma linha divisória entre os partidos de esquerda...»

«As posições dos socialistas escandinavos, dos trabalhistas ingleses, dos social-democratas alemães no que concerne às rampas de lançamento e ao desarmamento, oferecem um valioso terreno para entendimento.»

Do mesmo modo, podem fornecer as bases para um acôrdo limitado entre os partidos de esquerda as proposições feitas por Jules Moch, em nome do grupo socialista, quando do último debate, a saber:

«1) Manter na Assembléia Nacional a realidade do poder de decisão sobre a instalação das rampas de foguetes;

«2) Não afastar o exame das propostas de «desatomização» regional, como, por exemplo, o plano Rapacki, previsto para a Europa.

«3) Restituir à diplomacia francesa sua capacidade geral de iniciativa em matéria de alívio da tensão internacional, de desarmamento e de coexistência.»

Além disso, o porta-voz do Partido Comunista, retomando declarações feitas há vinte anos por Maurice Thorez, acentuou que a política da França não deverá ser decidida nem em Washington, nem em Londres, nem em Roma, nem em Moscou, mas em Paris.

De tudo isto, ressalta que o Partido Comunista está decidido a se empenhar com todas as forças para fazer da união da esquerda uma realidade viva e atuante.

A batalha que ele trava incansavelmente para atingir êstes objetivos produz seus resultados. E é também devido às condições objetivas favoráveis para o desenvolvimento da unidade de ação que Guy Mollet e alguns outros dirigentes socialistas intensificam seus ataques anticomunistas, de tal modo recebem êles ver, num prazo mais ou menos breve, sua política de divisão das massas operárias e democráticas derrotada por uma poderosa corrente de unidade operária e de ação republicana.

x x x

A Igreja Católica tomou, relativamente a guerra da Argélia, uma posição que se refletiu de maneiras diversas.

Os cardeais e arcebispos da França, numa declaração publicada a 8 de março, condenaram as torturas praticadas na Argélia, escrevendo, com a prudência que lhes é peculiar: «Jamais é permitido colocar a serviço de uma causa, mesmo boa, meios intrinsecamente maus.» Eles desejam que sejam iluminados «aqueles que arcam com a responsabilidade do poder, a fim de que possam estabelecer, o quanto antes, sobre

(Conclui na página 11)

Embora variando nos detalhes, as versões dadas pelos diplomatas e comentaristas norte-americanos acerca da turbulenta visita de cortesia do vice-presidente Richard Nixon aos países da América Latina têm um denominador comum: revelam perplexidade em face da rigorosa repulsa com que foi recebido o substituto eventual de Eisenhower. É desnecessário acrescentar que também nesta vez reagiram do mesmo modo os políticos e jornais entreguistas de nosso país. Afinal, no mundo disperso e pessoalizado do entreguismo não há lugar senão para o éco e o papel carbono.

Como compreender essa perplexidade, quando são tão numerosos e evidentes os motivos de descontentamento e revolta dos povos latino-americanos em relação aos governantes dos Estados Unidos? Sentimos tão profundamente em nossas carnes as consequências da exploração dos monopólios americanos e da política realizada por Washington que somos levados, numa reação imediata, a considerar hipócrita qualquer perplexidade diante do que sucedeu a Nixon. É tão justo esse protesto patriótico que nos recusamos a admitir possa alguém estraná-lo ou pôr em dúvida o seu sentido profundo e inevitável.

E há realmente muito de hipocrisia nas manifestações de estranheza pelas desventuras a que se expôs Nixon. Quando os trustes e o governo dos Estados Unidos intervêm militarmente na Guatemala para derrubar um governo eleito e apoiado pelo povo, quando reduzem a Venezuela à condi-

# Perplexidade e Hipocrisia

Almir MATOS

ção de simples fornecedor de petróleo para a Standard Oil ou criam dificuldades à exportação do cobre chileno, quando paralizam praticamente as compras de café ao Brasil visando por esse meio obter novas concessões de caráter econômico e político, quando procuram por todas as formas dificultar o processo de desenvolvimento da América Latina, inclusive opondo-se à ampliação do nosso comércio exterior, não podem desconhecer que tudo isso resulta em atraso, pobreza e ignorância para os nossos povos. Ainda esta semana, foi publicado nos Estados Unidos o balanço da «Bond and Share», assinalando que os lucros da empresa em 1957, no Brasil, atingiram um «record» extraordinário. Pois não sabem os magnatas ianques que esse acréscimo de lucros é a outra face do acréscimo de dificuldades para milhões de brasileiros? Por que estranhar, então, que as vítimas protestem contra o assaltante e adotem medidas de represália?

A perplexidade revelada pelos diplomatas e comentaristas norte-americanos nada tem de ingênua ou espontânea. No fundo, é um recurso de propaganda. Se considerassem natural, ou ao menos explicável, a revolta que explodiu em vaías e cusparadas sobre Nixon estariam admitindo que os países da América Latina são realmente explorados pelos trustes. Mas como admiti-lo se é preciso inculcar nas massas latino-

-americanas a idéia de que os Estados Unidos se sacrificam para nos ajudar, como um bom vizinho sempre pronto a nos socorrer mesmo quando — e é isso o que está agora acontecendo — uma desgraça ameaça a sua própria casa? Reconhecer a exploração dos trustes seria fazer côro com a «propaganda comunista»...

Contudo, foi tão grande o abalo provocado pelas manifestações de repulsa a Nixon que os porta-vozes dos trustes se vêem obrigados a dar uma explicação. Seria pouco prudente, nesse instante, atribuir tudo à ingratidão dos povos da América Latina ou condenar o seu inconformismo contra a sina que o destino (ou os monopólios norte-americanos) lhes reservou de viverem eternamente pilhados e oprimidos pelo estrangeiro. Alguma coisa de novo teria que ser dita.

Surgem então, em meio à perplexidade, duas tentativas de explicação. Uma aparentemente defensiva, a outra ofensiva. Ambas, porém, igualmente hipócritas.

Fingindo admitir a sua própria parte de culpa pelas demonstrações contra Nixon, passam os políticos e jornalistas ianques a «reconhecer» que não têm sido dada à América Latina a atenção necessária e a criticar a «omissão» do governo e dos círculos econômicos dos Estados Unidos

para com os países «abaixo do Rio Grande». As dificuldades econômicas que padecemos teriam sua origem, como se vê, na ausência norte-americana em nossos países. Tão estravagante explicação, entretanto, nada tem a ver com a realidade. Seria inclusive fastidioso contestá-la recorrendo aos exemplos de onte e de hoje da vida latino-americana, que provam residir justamente na presença, na ação incessante a rapace dos monopólios norte-americanos em nossos países a causa principal do atraso e da miséria em que ainda hoje nos encontramos. Lembrar esses exemplos seria reconstituir toda uma revoltante história de saques, pilhagem e agressões em que se resumem, ao longo de muitos anos, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. E se agora o governo e os monopólios norte-americanos, a pretexto de autocritica, se dispõem a uma ação mais ampla no resto do continente isso significa que os patriotas latino-americanos devem estar preparados para réplicas ainda mais vigorosas e completas. É possível que sejam fruto já dessa «autocritica» a ameaça, que por pouco não se concretizou, de intervenção armada na Venezuela e as negociações para o empréstimo de 350 milhões de dólares ao Brasil em troca da reforma cambial, da cons-

trução de novas bases militares em nosso território e da repressão ao movimento nacionalista. Está aí a linha evolutiva da reação ianque em face da rebeldia dos povos latino-americanos: na perplexidade a um aparente recuo e deste a uma ação ainda mais agressiva do que antes.

A outra explicação para as desventuras de Nixon, como não podia deixar de ser, é a «ação subversiva dos comunistas». Os comunistas vêm nessa acusação um justo motivo de orgulho. Primeiro, porque isso comprova o seu patriotismo e a justiça de suas posições políticas. Depois, porque revela o seu prestígio e a sua autoridade no seio dos nacionalistas e das grandes massas populares. Atribuir aos comunistas a direção de movimentos como os protestos contra Nixon é reconhecer neles a capacidade de unificar classes e camadas sociais as mais diversas na luta comum contra o imperialismo. E nisso não há nada de subversivo, mas sim de altamente patriótico.

É obvio, no entanto, que ao forçar essa interpretação para os recentes e empolgantes acontecimentos da América Latina o que visam os porta-vozes dos trustes é tergiversar a realidade e limitar apenas a uma «ação comunista» um movimento que, por sua profundidade e extensão, ultrapassa os limites de um só partido político e se identifica com os irrepri-

níveis anseios de progresso e independência nacional que, como um poderoso sopro de nova vida, percorrem os povos latino-americanos. O que se apresentou diante de Nixon não foi somente uma vanguarda comunista, mas a incoercível unidade patriótica que se forja na América Latina e reflete a decisão dos nossos povos de se libertarem da dominação imperialista e construir o futuro com as suas próprias mãos. Já, como disse, um objetivo a alcançar com essa tática de aparentar o movimento nacionalista como uma «ação subversiva dos comunistas»: intimidar certos grupos conservadores e elementos ainda influenciados por velhos preconceitos para, desse modo, dificultar e apanço da unidade patriótica, que através do terrorismo ideológico quer através da simples repressão policial.

Não nos enganamos com a hipócrita perplexidade ou as promessas falazes dos monopólios imperialistas. Desejamos que um novo tipo de relações se estabeleça entre o Brasil e demais países da América Latina e os Estados Unidos. Mas essa mudança jamais poderá depender da boa vontade dos imperialistas. Essa é uma qualidade totalmente estranha a quem só pode sobreviver esboiando e oprimindo. Uma mudança efetiva nas relações entre os nossos países e os Estados Unidos terá que surgir como resultado de nossa própria luta, da decisão cada vez mais energética de preservarmos nossa soberania e levarmos à prática uma política realmente independente.

— A crise econômica em que os Estados Unidos se encontram presentemente não é uma pequena crise «intermediária» e sim uma crise profunda, — escreve Eugênio Varga, o célebre economista e acadêmico soviético no prefácio à sua nova obra «As Crises Econômicas Mundiais de 1848 a 1935».

Varga afirma que o mundo capitalista está agora em uma fase de crise cíclica de super-produção. As crises intermediárias ocorridas nos Estados Unidos no passado não provocaram crises em outros países porque nesses não havia então premissas para a crise econômica. No momento, porém, a situação é inteiramente outra porque as condições para a crise estão maduras na maioria dos países.

A história dos ciclos e das crises passadas revela que quanto mais prolongado é o período de prosperidade tanto mais aguda é a crise de super-produção e tanto mais prolongada é sua duração. Nas épocas em que o período de prosperidade se prolongava, tornavam-se mais agudas as contradições entre a tendência capitalista a aumentar limitadamente a produção e a restrita capacidade aquisitiva da população. A análise histórica da crise econômica em que os Estados Unidos se acham agora indica que é uma crise aguda que não terminará brevemente.

EM PRIMEIRO LUGAR: segundo fontes autorizadas, uma redução de 10% nas inversões de capital em 1958, se houver, corresponderá a 5 bilhões de dólares. Os dados publicados pelo Departamento do Comércio americano no começo de março de 1958 revelaram que os investimentos de capital fixo foram 13% inferiores aos de 1957.

EM SEGUNDO LUGAR: o fator mais importante para o aprofundamento da crise nos Estados Unidos é a diminuição mensal do número de encomendas. A cifra mensal média de 1956 e do primeiro semestre de 1957 foi de 28 bilhões de dólares. Atualmente o número de encomendas reduz-se progressivamente, acarretando diminuição da produção.

EM TERCEIRO LUGAR: a crise tem aumentado o número de desempregados, provocando a queda da capacidade aquisitiva da classe operária. As estatísticas oficiais americanas revelam que o número de desempregados se elevou de 3.200.000 em princípios de 1957 para 5.100.000 em fevereiro de 1958. O número real de desempregados é muito maior. O número maior de empregados chegou em julho de 1957 a 70.200.000, com exceção dos que trabalham na produção de armamento. Esse número reduziu-se para 62.200.000 em janeiro de 1958, o que representa uma baixa de 8 milhões. Essa cifra, mais os 3 milhões já desempregados em julho de 1957, elevava a quantidade de desempregados a 11 milhões. A semana de trabalho reduziu-se de 41 horas em dezembro de 1956 para 38,7 horas em janeiro de 1958. Os operários ficaram privados do pagamento correspondente ao trabalho extraordinário. Essas causas e outras baixaram consideravelmente os salários, o que concorreu para aprofundar a crise em 1958.

Varga afirma que, considerando-se todos esses fatores, não seria científico prever que a crise americana de super-produção termine

## INICIOU-SE CRISE MUNDIAL DE SUPERPRODUÇÃO

O ECONOMISTA SOVIÉTICO EUGÊNIO VARGA ANALISA A SITUAÇÃO ECONÔMICA NOS ESTADOS UNIDOS E NOS DEMAIS PAÍSES CAPITALISTAS (Resumo da Agência China HSIHUA)

muito brevemente. Ao contrário, o índice de produção relativo a fevereiro de 1958 baixará para 130, o que corresponde a uma redução de 11% relativamente a dezembro de 1956, mês em que o índice chegara ao máximo no ciclo atual. Isso não quer dizer, porém, que a crise já tenha alcançado seu ponto mais baixo.

Assim como aconteceu na crise de 1929 a 1933, nesta também os otimistas alimentaram a esperança de que o governo conseguiria resolver a situação por meio de medidas «anti-recessão». Não há, porém, base para essa expectativa. Depois de analisar as várias medidas que estão sendo postas em prática — elevação das dotações destinadas às obras públicas, facilitamento dos empréstimos, aumento das encomendas militares, — Varga chega à conclusão de que essas providências podem acarretar certo abrandamento da crise, mas não podem evitar que esta se torne mais aguda.

O fator mais importante para superar a crise, — a queda de preços, — mal começa a manifestar-se. Os capitalistas monopolistas ainda tencionam aumentar os preços. A inflação também evita a queda de preços. Os preços no comércio a varejo ainda não baixaram. Tudo isso obstaculiza o aumento da produção e faz a crise prolongar-se.

Varga afirma que, embora a crise econômica que hoje impera nos Estados Unidos não será tão aguda ou prolongada como a de 1929 a 1933, será mais séria e dilatada do que as imediatamente precedentes. A crise atual assinala o início da crise capitalista mundial de super-produção.

Referindo-se ao efeito da crise americana sobre o mundo capitalista, Varga afirma que a produção industrial dos Estados Unidos, — metade da produção industrial do mundo capitalista, — afetará inevitavelmente as economias de outros países capitalistas. Pelos fatos que passa a mencionar constata-se que a crise mundial de super-produção de fato já começou.

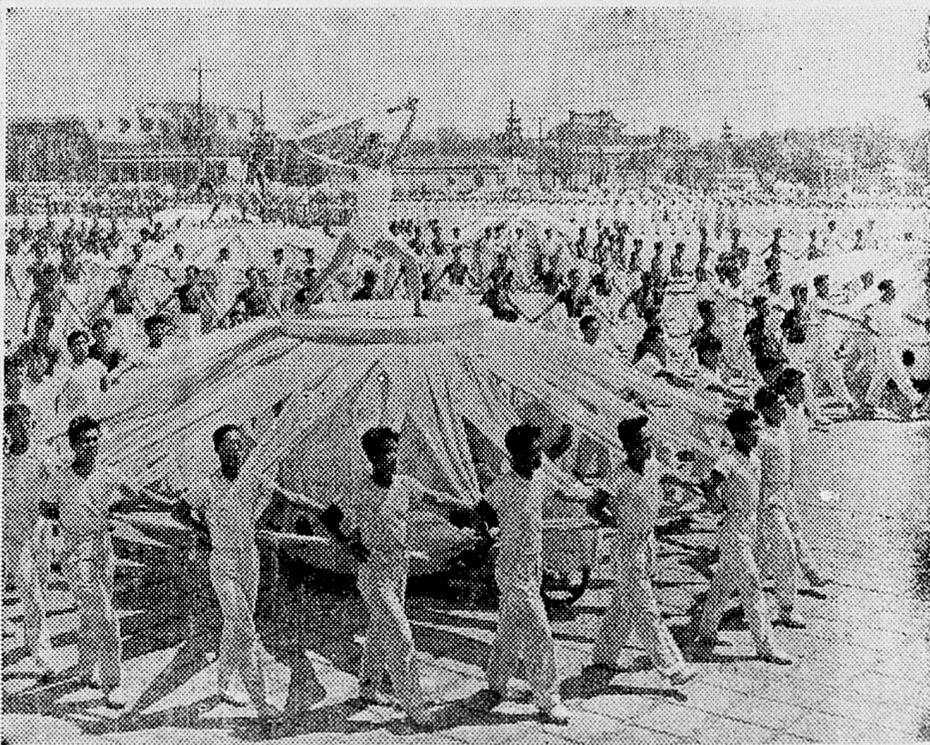
PRIMEIRO. A super-produção mundial capitalista e a queda dos preços das matérias-primas: observa-se redução dos preços dos metais não-ferrosos e do carvão na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha Ocidental; ferro e aço (a indústria de ferro e aço dos Estados Unidos opera apenas com a metade de sua capacidade); petróleo, fibras (Escandinávia) e outras matérias-primas.

SEGUNDO. A crise capitalista mundial na indústria de construção naval e de navegação. Em fevereiro de 1958 achavam-se

encostados navios com uma tonelagem total de 3 milhões. Navios recém-fabricados são encaminhados diretamente dos estaleiros para docas secas. Cancelaram-se encomendas de novos navios. As despesas de frete reduziram-se a aproximadamente 70%.

TERCEIRO. Não só nos Estados Unidos mais também em todos os países capitalistas industriais as inversões de capital vêm se reduzindo. Mesmo em épocas de prosperidade esses países aumentaram sua capacidade de produção acima da capacidade aquisitiva de seus mercados.

## O DIA DO TRABALHO NA NOVA CHINA



Um flagrante das celebrações do 1º de maio em Pequim: Destile de atletas na Praça Tienanmen. (Foto da Agência H SIHUA)

# VELHOS E NOVOS PROBLEMAS DO PRIVILEGIO CAFEIRO

JACOB GORENDER

O café é antigo problema brasileiro. Desde um século de história econômica do nosso país. A sua importância já foi maior, quando a economia nacional era quase exclusivamente agrária. Mas ainda hoje, quando já temos indústria relativamente desenvolvida, o café continua a ser um dos eixos de nossa vida econômica, não só pelo valor absoluto de sua produção, como, principalmente, porque com ele se realizam dois terços da exportação brasileira. Ao café está ligada a própria causa da industrialização do país, porque é da venda do café no exterior que resulta a maior parte das divisas necessárias à importação de equipamentos e matérias-primas. E, por fim, ainda recentemente, a cotação da rubiaca continua a ser um fator determinante, embora não exclusivo, da própria cotação do cruzeiro. As flutuações no preço e nas vendas do café se refletem inevitavelmente na taxa cambial, provocando efeitos generalizados sobre os custos de produção da indústria e sobre o custo da vida das grandes massas.

Compreende-se, assim, que os problemas do nosso principal produto agrícola preocupem não só aos círculos econômicos a ele diretamente vinculados, como a todas as forças políticas, que se sentem responsáveis pelos destinos nacionais.

De 1949 a 1956, o café atravessou uma fase relativamente boa. O nível de sua exportação foi um dos fatores, que permitiram acelerar o ritmo da industrialização. Houve mesmo certa euforia e excessiva confiança no futuro. Mas, durante aqueles anos, se acumularam os elementos da crise de superprodução, que, afinal, se manifestou com o início da safra do ano passado.

Dai para cá, o debate em torno do assunto ganhou o centro da atenção da opinião pública. As soluções adotadas pelo governo se tornaram objeto de apaixonada disputa, agitando furiosos interesses.

Para as forças nacionalistas e, em primeiro lugar, para o proletariado consciente, não é admissível que, em questão assim grave, prevaleçam mesquinhos objetivos de classe ou de grupo. Devem prevalecer as soluções mais convenientes aos interesses gerais da nação, que se concentram hoje na conquista de sua emancipação, no desenvolvimento independente e progressista da sua economia e da sua política.

Vejamos, a seguir, os precedentes históricos, que prepararam o quadro da atual crise do café:

**O REINADO DO CAFÉ**

A história do café no Brasil é a história de um monopólio, com todas as vantagens e desvantagens características de qualquer monopólio.

No século XVII, sob o regime colonial, o Brasil foi o maior exportador mundial de açúcar, então principal produto do comércio internacional. Esta posição se perdeu nos séculos seguintes. No século XVIII tivemos o monopólio absoluto, ainda mais efêmero da exportação do ouro. No século XIX, finalmente, afirma-se o reinado do café, que se torna o eixo de um sistema econômico, baseado no trabalho escravo e fundamentalmente voltado para a exportação.

Para este reinado do café influíram dois fatores. A bebida estava se tornando um hábito generalizado em numerosos países da Europa e nos Estados Unidos. Crescia a sua procura no mercado mundial. Ao mesmo tempo, transplanta-se para a Baía da Iluminense e para o Vale do Paraíba, a rubiaca encontrava terra e clima excelentes para o seu florescimento.

Em 1822, ano da proclamação da independência, o Brasil exportou 186.000 sacas de café. Na safra de 1833-34, já exportava 1.120.000 sacas. Em 1889, com a proclamação da República, a exportação atingia 5.586.000 sacas. A procura mundial, entretanto, não cessava de crescer. E a exportação brasileira pôde chegar, em 1901, à cifra excepcional para a época, de 14.760.000 sacas. Dominávamos, então, mais de 70% do mercado mundial do café.

No valor total de exportação brasileira, o café tinha passado de 18,63% na década de 1821/30 para 63,84% na década de 1891/900. Graças ao café a balança comercial brasileira até 1860, cronicamente deficitária, começa a partir daquela data a registrar saldos positivos regulares.

**O EIXO DE UM SISTEMA**

Tinha, pois, o Brasil, com o café, ao nascer do século XX, uma posição privilegiada. Mas também neste privilégio residia a fraqueza fundamental de sua economia. O sistema econômico nacional possuía como eixo a exportação de um único produto, em regime de monopólio praticamente absoluto no comércio internacional. Qualquer abalo que sofresse o café devia repercutir, inevitavelmente, em todo o sistema. E a história econômica, tanto no mundo como no Brasil, demonstra de sobejo que nenhum monopólio absoluto pode de se manter por tempo indefinido.

No correr do século XIX, a cafeicultura cresceu e se agigantava. Já nos Inícios do século XX, passa o Brasil a sofrer dos males desse gigantismo.

**PECULIARIDADES DA SUPERPRODUÇÃO CAFEIÇA**

Tratando-se de uma produção para o mercado capitalista, cedo ou tarde era inevitável que se manifestasse o fenômeno da superprodução. No caso do café, a superprodução tem uma característica peculiar. O aumento da procura não encontra correspondência imediata no aumento da oferta, uma vez que os novos cafeeiros plantados precisam pelo menos de 4 anos para produzir fruto. Em consequência, o aumento da procura pressiona sobre o mercado durante certo número de anos, estimulando a alta dos preços e a plantação descontrolada de novos e novos cafeeiros. Chega, assim, o momento da superprodução e, uma vez manifestada, ela se mantém, no caso do café, por um tempo bem mais prolongado do que, por exemplo, no caso de qualquer cultura cerealífera. Esta pode ser substituída com relativa facilidade de um ano para outro. O cafeeiro, porém, é uma planta perene, que, normalmente, frutifica todos os anos e que representa determinado emprego de capital. Destruída, é destruir riqueza capitalizada, o que só se impõe diante de uma baixa verdadeiramente catastrófica e prolongada dos preços.

Para o Brasil, por isto, o café tem sido simultaneamente valioso privilégio e doença econômica de cura difícil e dilatada.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Como se vê, a situação atual para a cafeicultura brasileira é extremamente grave. O café, ao longo da história, sempre foi um produto de alto valor econômico e social. Mas, atualmente, devido à superprodução, os preços caíram drasticamente, afetando profundamente a economia nacional e a vida das massas populares.

Para enfrentar esta situação, é necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para regular a produção e controlar os preços, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.

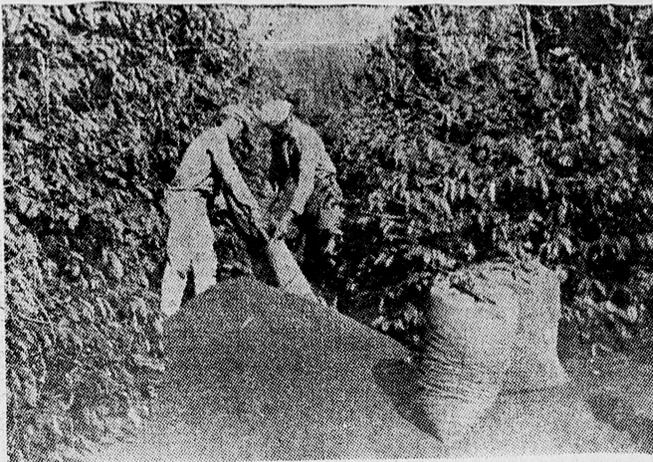
Por fim, é essencial que se fortaleça a indústria nacional, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, reduzindo a dependência da exportação de café.

Em conclusão, a situação atual do café no Brasil exige uma intervenção governamental firme e eficaz, visando à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira.

É necessário que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a crise do café, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento econômico do país.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a criação de um órgão regulador do mercado de café, capaz de controlar a produção e a distribuição, evitando a superprodução e a queda dos preços.

Além disso, é fundamental que se adotem medidas para melhorar a produtividade dos cafeeiros, através de pesquisas científicas e da aplicação de técnicas modernas de cultivo.



Um instrumento de resistência à desvalorização cambial. Resistência que se compreende, uma vez que a desvalorização cambial não só favorece as inversões do capital estrangeiro, como implica inevitavelmente na elevação dos preços de custo da indústria nacional e num impulso poderoso para a inflação.

análise, significa a consumação da desvalorização cambial, em nível ainda mais baixo do que o atual.

Aos objetivos do imperialismo norte-americano se associam os interesses dos baixistas, em geral agentes seus, como é o caso do sr. Moreira Salles e de outros que financiam a campanha antinacional da "Correio da Manhã".

As manobras baixistas e a exigência de reforma cambial são igualmente apoiadas por certos setores de latifundiários e de exportadores de café, que pretendem voltar à velha prática de menores dólares para o país e mais cruzeiros para eles. Portanto, importa, está claro, que o seu enriquecimento sem limites traga em contrapartida, a ruína geral do povo brasileiro.

Partindo de uma posição de princípios, os comunistas desempen

# PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

## IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO PLANO POLÍTICO

Para conquistar, no Brasil, um governo nacionalista e democrático, que ponha em prática uma política externa de independência e de paz e uma política interna nacionalista e democrática, promovendo o desenvolvimento independente da economia do país, há necessidade da participação ativa das grandes massas na vida política nacional, através da formação da mais ampla frente única de todas as classes e camadas do povo brasileiro interessadas na libertação do país da exploração imperialista.

Na atual situação, no Brasil, o desenvolvimento ulterior da frente única muito dependerá da ação política da classe operária. A ação política decidida da classe operária, por ser ela a parte mais homogênea e consequente da população, determina: uma polarização mais rápida entre as forças entreguistas e anti-entreguistas, uma maior aglutinação e ação mais consciente das classes e camadas sociais interessadas na libertação do país, inclusive a burguesia.

Esta atividade política da classe operária precisa fazer-se sentir por toda a parte. A dominação imperialista afeta a população brasileira em todos os rincões do país, mesmo naqueles lugares onde não existe a presença física dos trustes e monopólios. Mantendo o país no atraso, com uma renda "per capita" baixíssima, essa dominação impede que tenhamos os recursos suficientes para solucionar os problemas que perturbam a normalidade da vida nacional, seja os problemas regionais, como o das secas do nordeste, por exemplo, seja os que afetam o país de norte a sul, como o dos transportes, da energia, etc.

A classe operária intervém na arena nacional na dupla condição de defensora dos seus interesses específicos (luta pelas reivindicações econômicas, por leis que venham melhorar as suas condições de vida e de trabalho, etc.), e dos interesses de todo o povo — a luta pela democracia, pela independência nacional, pelo livre desenvolvimento de nossa economia.

Como duas classes fundamentais do regime capitalista, proletariado e burguesia estão fundamentalmente interessados no desenvolvimento do capitalismo no país, uma vez que o desenvolvimento capitalista nacional se opõe à exploração imperialista. São portanto, aliados na luta contra a dominação imperialista a que estamos submetidos. Mas, proletariado e burguesia têm interesses contraditórios e se encerram em campos opostos quando se trata dos interesses específicos da classe operária. Esta contradição, porém, deve estar, na fase atual, condicionada aos interesses da luta que diz respeito a todo o povo brasileiro. Isto é, a luta contra o imperialismo norte-americano.

Não se justifica que em nome da luta pelas reivindicações específicas se rompa

a aliança com a burguesia na frente anti-imperialista, ou se impeça o seu desenvolvimento. Isto porque, um tal rompimento, impedindo a classe operária de desempenhar o papel político que lhe está destinado na vida nacional, rebaixará a sua atividade apenas às lutas pelas reivindicações econômicas, entravando o desenvolvimento do movimento de libertação nacional e prejudicando os superiores interesses da nação e, portanto, da própria classe operária.

Hoje, o desenvolvimento de um capitalismo nacional, no Brasil, interessa não sómente à burguesia como também à classe operária. Esse desenvolvimento que, tradicionalmente, nos primeiros países capitalistas, se verificou à custa de tremendos sacrifícios das massas trabalhadoras, pode, em nosso país, dar-se por outros caminhos. Estes caminhos são, em síntese, a libertação do país da exploração imperialista, fazendo com que todo o fruto do trabalho do povo brasileiro fique no próprio país e seja empregado em benefício do seu povo — com uma parte destinada ao desenvolvimento da economia nacional. A ajuda dos países mais adelantados, desde o momento que essa ajuda dada sem

condições políticas e em condições econômicas que venham realmente beneficiar o nosso desenvolvimento, é hoje possível devido principalmente à existência dos países socialistas e ao vigoroso movimento de libertação nacional em todo o mundo.

Para que o desenvolvimento do nosso país, nesta fase, se verifique por esse caminho, com o mínimo de sacrifício das massas trabalhadoras (dizemos o mínimo porque sacrifício sempre haverá), é importante a luta da classe operária pelas suas reivindicações específicas, a fim de impedir que a burguesia intensifique a exploração e descarregue sobre os seus ombros o peso dos onus que o desenvolvimento exige. Mas é muito mais importante ainda a sua atividade política, contribuindo para aglutinação de todas as classes e camadas sociais progressistas do país em amplo movimento de frente única e indicando-lhes o caminho da libertação da nossa economia do jugo dos monopólios internacionais.

Ademais, a própria burguesia dispôr-se-á tanto mais a atender às reivindicações específicas da classe operária, quanto maior for o papel político que esta desempenhar. Isto porque, interessada fundamentalmente na liquidação do domínio imperialista que prejudica o seu desenvolvimento, a burguesia precisa do apoio da classe operária e procura, por isso, ganhar-lhe a confiança, fazendo concessões econômicas. Como diz Lenin em sua obra «Que Fazer?», as concessões econômicas são as mais baratas e as mais vantajosas, pois com elas as classes dominantes esperam ganhar a confiança da classe operária. É o que até certo ponto está acontecendo em nosso país, onde a classe operária vem obtendo importantes conquistas no setor das suas reivindicações específicas que, acreditamos não terem sido maiores porque a sua atuação no terreno político, embora se tenha desenvolvido ultimamente, é ainda insuficiente.

Além disso, a luta pelas reivindicações econômicas surge e se desenvolve espontaneamente no seio da classe operária. Na obra citada Lenin diz, também, que essa luta existe mesmo entre os operários que ouviam falar em greves, mas que talvez nada saibam de socialismo. Mas, dizia Lenin, os operários não são crianças que se possa alimentar com o mingau da política econômica; eles querem conhecer pormenorizadamente todos os aspectos da vida política e tomar parte ativa em todos e em cada um dos acontecimentos políticos.

Como vemos, a atividade política é necessária à classe operária também para satisfazer uma aspiração que lhe é inata. Cabe principalmente aos comunistas transmitir essa vida, essa ação política à classe operária.

Em nosso país a classe operária não poderá por em prática uma política justa se não se relacionar com todas as classes e camadas sociais com as quais tem interesses comuns, inclusive a burguesia, e não lutar ombro a om-

bro com elas. Nesta luta, que é uma luta de libertação nacional, a classe operária deve voltar-se, com os seus aliados, não só contra as diversas formas de dominação e penetração do imperialismo no país, mas também contra todas as restrições existentes às liberdades contra as violências policiais, etc., que dificultam a livre ação e manifestação das massas.

Aos elementos de vanguarda cabe, entre outras coisas, orientar acertadamente a luta da classe operária pelas suas reivindicações específicas.

Esta luta deve ser conduzida para fortalecer a classe operária e, por isto mesmo, não deve obscurecer, na classe operária a consciência de sua tarefa fundamental, que é a tarefa política de atuar na frente única nacionalista e democrática. É atuando politicamente que a classe operária poderá merecer, e conquistar o papel de dirigente desta frente única, num processo árduo e paulatino, que avançará — como afirma a Declaração política do PCB — à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acentuado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

## Resolução do CC do PCUS

### ACELERAR O PROGRESSO DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Realizou-se, nos dias 6 e 7 de maio, um pleno do Comitê Central do PCUS, no qual foi ouvido e discutido um informe do camarada N. S. Kruschlov intitulado: «Sobre a aceleração do desenvolvimento da indústria química e particularmente da produção de materiais e artigos sintéticos para satisfação das necessidades da população e exigências da economia nacional».

A base do informe foi aprovada uma resolução, que inclui uma série de medidas concretas. A resolução assinala, em particular, a importância da indústria química para a elaboração de materiais sintéticos, que permitam produzir tecidos, calçados, objetos de uso doméstico e econômico, com um rendimento muito maior e, portanto, a preços muito mais baratos.

A resolução prevê que, em 1965, com relação a 1957, a

produção de fibras sintéticas e artificiais terá aumentado em 4,6 vezes, de massas plásticas e resinas sintéticas em 8 vezes, de borracha sintética em 3,4 vezes.

A população consumidora se beneficiará diretamente destas medidas, recebendo maior suprimento de tecidos, calçados e outros artigos, a preços mais baixos. Assim, por exemplo, a resolução do CC do PCUS prevê para 1965 uma produção de 500 milhões de metros de tecidos de lã, dos quais 450 milhões à base de fios artificiais; 1485 milhões de metros de tecidos de seda, dos quais 1.237 milhões de seda artificial; 480 milhões de metros de tecidos de algodão com utilização de fios artificiais; 940 milhões de peças de malha, incluindo 588 milhões à base de fios artificiais; e 515 milhões de pares de calçados, dos quais 93 milhões confeccionados com fibras artificiais.

## VIDA dos Partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

### «NÃO HÁ LUGAR NO PARTIDO PARA UM GATES OU PARA SUA IDEOLOGIA»

#### RESOLUÇÃO DO CC DO PARTIDO COMUNISTA DOS E. UNIDOS

No seu pleno de fevereiro último o Comitê Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos aprovou uma resolução sobre a resignação de John Gates, publicada no número de março da revista «Political Affairs». A resolução foi apresentada pelo camarada Jack Stachel, tendo sido aprovada por 36 votos a favor, 12 contra e sete abstenções. A seguir, reproduzimos o texto da resolução, que tem o título «Sobre a Resignação de John Gates».

«A resignação de John Gates do Partido Comunista e suas ações subsequentes constituem um problema de séria preocupação para o Partido. Embora não devamos permitir que estes acontecimentos nos desviem do trabalho de massas e da luta contra o sectarismo e o dogmatismo em nossas fileiras, seria um grave erro não examiná-los em suas significações e deles tirar as lições necessárias.

Na verdade, a resignação de Gates se tornou uma oportunidade para a agitação publicitária da televisão e dos jornais, incluindo uma série de artigos de «New York Post». Os jornais agarram a resignação como mais uma oportunidade para atacar o Partido, a sua política de paz, e os países socialistas. A estes propósitos, aos quais obviamente não estava alheio, Gates se entregou nas suas entrevistas e artigos.

Aqui ele se revelou não somente o que é agora, mas o que tem sido desde algum tempo. Agora admite que escondeu suas verdadeiras opiniões do Partido, que ao falar na XVI Convenção Nacional sobre a sua confiança no futuro do Partido e do seu programa, não expressava os seus verdadeiros sentimentos. Logo depois, disse ele, perdeu toda fé no futuro do Partido. Mas, continua ele, embora tivesse decidido que não poderia atingir os seus verdadeiros objetivos dentro do Partido, guardou isto consigo mesmo e permaneceu no Partido sob falsos pretextos, trabalhando para um futuro fora de suas fileiras. Apesar de sua descrença, continuou entre-

lanto como secretário nacional do Partido e como diretor do «Daily Worker».

Mais tarde, tendo resignado, Gates tornou inteiramente clara a natureza liberal reformista de suas opiniões, políticas que antes parcialmente escondia.

Ele rejeita o fato de que o imperialismo americano é hoje a fonte do perigo de guerra. Em seus artigos, a palavra «imperialismo» nem sequer aparece.

Ele se manifesta por uma política reformista, repudiando os princípios do marxismo-leninismo, que reduz a nada mais do que uma «teoria da troca».

Gates está contra um partido marxista-leninista como o Partido Comunista, para cuja existência não vê necessidade. No melhor dos casos, está a favor de partido fraco, que tenha de tudo e de todos, um aglomerado das mais diversas correntes ideológicas, incluindo pontos de vista marxistas e anti-marxistas.

Gates declara-se por um socialismo «americano», e por um movimento radical cujo «americanismo» não possa ser questionado. O que advoga de fato é, porém, o abandono do conceito do internacionalismo proletário e a separação dos movimentos comunistas e operários mundiais bem como de suas idéias.

O próprio Gates, que agora fala tão livremente de democracia, repetidas vezes desafiou a vontade da maioria no Partido. Em numerosas ocasiões, recusou subordinar-se à vontade da maioria e ameaçou demitir-se a fim de

impôr a sua linha mesmo quando em minoria, aproveitando-se da sincera preocupação dos outros pela unidade e o reforço do Partido.

A ocasião imediata para a sua resignação foi precisamente uma recusa para aceitar a decisão da maioria. Mas isto foi somente um pretexto. A razão básica para a sua saída consistiu na incompatibilidade de suas opiniões políticas e teóricas com os membros do Partido. Isto por que sua ideologia conduz à negação da unidade de um partido marxista-leninista para a classe operária. Por consequência, quando compreendeu que não poderia transformar o Partido à sua própria imagem, deixou-o, do mesmo modo como outros já o fizeram antes.

Tendo abandonado o Partido, Gates agora prevê a sua morte eminente. Mais ainda, mostra-se preparado para ajudar a apressar a morte do Partido e se aluga aos propósitos de seus amigos confesos.

As idéias de Gates, que agora expressa tão livremente nas páginas da imprensa burguesa, de modo algum são peculiares a ele. Elas são apenas a mais extrema expressão de uma ideologia revisionista, que ganhou curso em certos setores das fileiras do Partido. Elas são um produto da pressão ideológica burguesa dentro da classe operária e de suas organizações, inclusive o Partido, e uma expressão da adaptação a esta ideologia.

Não há lugar no Partido para um Gates ou para sua ideologia. A saída de tais indivíduos não prejudicará, mas fortalecerá o Partido.

A resposta à sua demissão deve ser a determinação de desmascarar e derrotar toda a ideologia extranha em nossas fileiras, tenha um caráter (Conclui na página onze)

## RECONQUISTADA A TAXA DE INSALUBRIDADE

### OS ESTIVADORES PROSEGUEM NA CAMPANHA DE REAJUSTAMENTO SALARIAL

Como anunciamos no último número de «A VOZ OPERÁRIA», os Sindicatos de Estivadores de diversos portos do Brasil, juntamente com a Federação Nacional dos Estivadores, iniciaram um movimento de protesto contra a revogação da taxa de 35% sobre os salários na estiva de sal, conquista alcançada pelos estivadores em 1956.

Em virtude da gestão realizada pela Federação junto ao Ministério do Trabalho, o sr. Parsifal Barroso, titular da pasta, recebeu em audiência no dia 14 p. p., o presidente da Federação dos Estivadores, Osvaldo Rodrigues dos Santos, os Diretores dos Sindicatos de Estivadores de Cabo Frio, Macaú, Areia Branca e Sergipe e mais os representantes da Comissão de Marinha Mercante, da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho e do DNT. Na referida audiência, o ministro do Trabalho resolveu, atendendo aos protestos dos estivadores, manter a taxa de 35% a título de «trabalho penoso».

Entre os Sindicatos que lavraram o seu protesto, estando inclusive dispostos a recorrer à greve em defesa daquela conquista, figuram os de Cabo Frio, Macaú, Formoso, Fortaleza, Areia Branca e Rio Grande do Sul.

Fortalecidos por essa importante vitória, alcançada graças à sua união e combatividade dentro das suas organizações profissionais, os estivadores prosseguem agora na luta pelo aumento de 73% nos salários e pelos dois cruzeiros sobre cada tonelada importada e exportada, a título de abono de natal.

# Consolidação Democrática e Libertação Nacional

## Declaração do Birô Político do Partido Comunista da Venezuela

O secretariado Nacional do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela integrado pelos camaradas Jesus Faria, Gus avô Machado e Pompeyo Márquez, entregou, em março passado, à imprensa venezuelana uma declaração do Birô Político. Reproduzimos abaixo a íntegra desta declaração.

Como era previsto, a derrocada da ditadura colocou ante o país, novos, inadiáveis e importantes problemas. O Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela quer expor ante a opinião pública o seu modo de pensar acerca de alguns desses problemas mais urgentes.

### 1 — FIXAÇÃO DE DATA PARA AS ELEIÇÕES

Achamos que é preciso fixar quanto antes a data em que o povo venezuelano deve ser consultado para a escolha do presidente da República, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e os Conselhos Municipais. Assim o povo venezuelano será reintegrado no gozo da sua soberania que se exerce através do sufrágio, soberania que lhe foi usurpada e escarnecida durante toda uma década. Isso abriria o caminho para a normalidade constitucional, encerrando o ciclo dos governos de fato que surgiram como fruto dos golpes de força desde 1958.

O nosso Partido dá grande importância à fixação da data para as eleições, porque, além do mais, isso seria uma decisiva contribuição para o restabelecimento da tranquilidade pública e, ao limitar concretamente o tempo de duração da atual junta de governo, seriam um fato, de estabilidade administrativa. Além disso, a fixação dessa data debilitaria a ação das forças interessadas em opor obstáculos ao processo de normalização da vida do país.

A data das eleições assinalaria claramente o limite da vida do atual governo provisório, o que permitiria a esse governo abordar com decisão a sua missão fundamental: conduzir o país à normalidade constitucional. Nisto o Partido Comunista apoia a atual Junta Governativa. No entanto consideramos que é urgente realizar algumas modificações, entre elas a remoção de alguns atos funcionários impopulares, como, por exemplo, o Ministro do Trabalho, o que deixaria o governo em melhores condições políticas para realizar as tarefas indicadas.

Intimamente ligado a isto está a formação, dentro do mais breve prazo, de uma Comissão para elaborar o Estatuto Eleitoral que deve reger os próximos comícios gerais, e cujo trabalho, por outro lado, será facilitado pelas experiências anteriores, adquiridas no trabalho realizado em 1946-47 e 1951. Essa Comissão, a nosso ver, deverá ser integrada por juristas que representem, em seus diferentes matizes, o amplo movimento de União Nacional que derrubou a ditadura.

### 2 — UNIÃO NACIONAL E TRÉGUA POLÍTICA

Assim como a coligação de forças dos mais amplos setores do país conduziu a derrocada da ditadura, a continuação desta coligação será a garantia da consolidação e ampliação das conquistas democráticas alcançadas. O sentimento e a consciência da unidade se arraigaram no coração e na mente das massas. Tal unidade e tais sentimentos, expressos na Junta Patriótica, tinham por base a aspiração nacional de liquidar os métodos terroristas de governo, substituindo-os por normas civilizadas, pelo respeito aos direitos civis, às leis e à Constituição. Esses propósitos se mantêm vigentes. Vigente deve manter-se a União, que não é, como já foi dito, a simples união dos quatro partidos, e nem mesmo de três deles, mas sim uma ampla frente na qual todos os partidos desempenham um papel importantíssimo, mas na qual devem estar presentes também as correntes e setores que não pertencem a partido algum. É nesta idéia mestra que, a nosso ver, deve basear-se a trégua na luta interpartidária. Porque esta não é a hora de consumir energias em lutas desenfiadas entre as diferentes forças políticas organizadas. Porque estamos conscientes de que aquilo que nos une é hoje mais premente do que aquilo que nos separa. É precisamente esta aspiração do povo — manter a unidade — a que nos dá a força para eliminar de nossa pátria as quarteladas como meio para corrigir erros ou para derrubar e estabelecer governos. Não concebemos esta unidade em oposição às Forças Armadas. Pelo contrário, consideramos que a unidade cívico-militar, que derrubou Perez Jimenez e sua camarilha, deve fortalecer-se e ampliar-se para melhor defender as instituições republicanas e democráticas. Finalmente, a trégua na luta interpartidária não elimina as diferenças de programas e doutrinas de cada partido. Ela nos obriga, isto sim, a adotar uma atitude política elevada, em que predomine a argumentação e não

o insulto, em que a discussão se sobreponha aos ataques pessoais, em que a exposição ponderada substitua a debateração. Nosso Partido continuará sendo consequente nesta linha de conduta.

### 3 — RELAÇÕES NO CAMPO DO TRABALHO

As divergências entre as classes não desaparecem.  
— Sobre os trabalhadores recaiu o maior fardo da ditadura.  
— Os trabalhadores exigem atenção e solução para os seus problemas vitais.  
A derrubada da ditadura e a trégua na luta interpartidária não fazem desaparecer, é evidente, as divergências entre as diferentes classes e grupos da sociedade, tanto no terreno econômico como no campo social e das idéias. A ditadura durante dez anos impediu os trabalhadores da cidade e do campo de se organizarem e defenderem os seus interesses. Desde 1948, os salários permaneceram quase congelados na prática, enquanto o custo de vida se elevava a alturas enormes. As demissões, as violações da lei do trabalho, a imposição de contratos coletivos de trabalho leoninos, a violação desses mesmos contratos quando isso convinha aos patrões, a repressão no terreno sindical, a expulsão dos camponeses das suas terras, fizeram recair com mais força, sobre os trabalhadores da cidade e do campo, as consequências do regime ditatorial. Os trabalhadores, acima de qualquer divergência integraram-se no amplo movimento de união nacional e deram sua contribuição em vidas e sacrifícios para a derrubada da ditadura. Agora encontram-se ante todo um conjunto de problemas que herdaram do regime deposto, alguns deles muito graves e que exigem solução urgente, como, por exemplo, o desemprego, os baixos salários, a atitude dos empregadores dos campos petrolíferos, a alta do custo de vida, etc. Dando uma grande demonstração de madureza política, os trabalhadores não fizeram exigências berentórias e intransigentes e nem praticaram atos de violência. Pelo contrário, têm sido portadores da normalidade. Cabe, agora, à classe patronal reparar as injustiças mediante negociações e entendimentos diretos. No ambiente político em que estamos vivendo, sobretudo quando se trata de capitalistas nacionais, é possível iniciar as conversações na base do mútuo entendimento. Os trabalhadores têm manifestado o seu completo acordo com este procedimento, sem renunciar, é claro, a nenhum dos seus direitos, agora adquiridos, porém convencidos da necessidade de uma justa utilização desses direitos, em consonância com a atual situação política.

Em síntese, os trabalhadores venezuelanos exigem atenção e solução para os seus problemas vitais. As boas relações nos setores do trabalho exigem uma atitude compreensiva também por parte dos patrões, os quais devem compreender, que os problemas hoje na ordem do dia já existiam sob a ditadura, a qual utilizava meios terroristas para ocultá-los. Seria uma atitude simplista, por exemplo, pensar que a grande massa de desempregados e outras calamidades semelhantes, são resultado das liberdades conquistadas. Os trabalhadores, por sua vez, compreendem, que todo este acervo de problemas deixados pela ditadura não podem ser completamente resolvidos da noite para o dia. Compreendem, além disso, que só à medida em que a sua unidade e organização se desenvolverem e se consolidarem, será possível conseguir emprego estável e melhores níveis de vida e de trabalho.

### 4 — PERSPECTIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Estamos ante um auge do movimento popular e democrático num momento em que as massas adquiriram confiança em suas próprias forças, em sua unidade e em sua organização. Mas também estamos ante graves perigos para a estabilidade da democracia. Se é verdade que a ditadura foi derrubada, não é menos verdade que os interesses e as causas que tornaram possível o surgimento do perijimemismo continuam existindo. As forças reacionárias não descansarão nos seus intentos de opor obstáculos à normalidade democrática do país e de semear a cizania e forjar provocações com o propósito de quebrar a ampla unidade nacional alcançada pelo povo venezuelano. Não devemos em momento algum esquecer que a unidade e a democracia têm inimigos poderosos, nacionais e estrangeiros, que conspiram contra elas e a camarilha militar perijimemista afastada do governo, que procura transformar o exército no grande eleitor e administrador da República. São os monopólios estrangeiros que deformaram a nossa economia e obtêm fabulosas vantagens, servindo-se dos favores da ditadura. São as forças reacionárias venezuelanas que sobrepõem os seus interesses egoístas aos interesses nacionais. Estas forças estão de atalaia e sonham com a quebra da unidade para passar à ofensiva e vibrar golpes nas forças populares. A mais ampla união nacional, a mais férrea organização e a atitude mais vigilante e combativa, são a melhor garantia do não retorno dessas for-

ças ao poder. Queremos insistir em que não podemos esquecer as maquinacões desses interesses internos e externos, que ameaçam a estabilidade democrática do nosso país. Se conseguimos a vitória contra a ditadura, devemos agora manter uma atitude vigilante para evitar qualquer retrocesso nas conquistas alcançadas e para cimentar as bases políticas e econômicas que permitirão forjar uma Venezuela soberana e independente.

As perspectivas de um desenvolvimento progressista para o nosso país são mais promissoras do que nunca. A vida demonstrou que as forças e os recursos na luta pela liberdade e pela democracia são imensas e inexgotáveis. Essas forças potentes desempenharão um papel mais ativo à medida que consolidarmos a unidade fraternal e militan-

te, sem nenhum exclusivismo. Esta ampla unidade e esta organização, que devemos ver cada dia mais sólidas, multiplicadas e com possibilidades de transformar a nossa Pátria num país onde os direitos do homem, as liberdades democráticas, as leis e a Constituição, sejam os métodos normais e civilizados de governar os venezuelanos. Em que o debate público, consubstanciado na livre atividade dos partidos, da imprensa, do rádio, das organizações operárias, camponesas, estudantis, femininas, juvenis, profissionais, etc., sejam os canais naturais através dos quais cada setor da população venezuelana possa dar a sua contribuição para a criação de uma Nação livre de qualquer intervenção estrangeira.

O Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela.

## Sobre o Imperativo da Reforma Agrária

Estava sendo impresso o nosso número anterior, quando o «Jornal de Comércio» publicou o depoimento do professor José de Castro a respeito da questão levantada numa enquete daquele matutino: a elaboração de um plano nacional para o desenvolvimento econômico do Nordeste. Nos seus pontos fundamentais, a opinião do presidente da Associação Mundial da Luta Contra a Fome coincide inteiramente com a reportagem que publicamos sobre o problema daquela região, com o título: «Pior a falta de terra do que de água».

Acentua o conhecido cientista a gravidade do desequilíbrio existente entre as áreas

desenvolvidas do Centro e do Sul do país, de um lado, e as do Nordeste e da Amazônia. Essa situação, acrescenta, afeta não apenas aquelas regiões, mas a toda a economia nacional, envolvendo perigo para a unidade e a segurança interna do país, além de constituir um fator de retardamento da industrialização, quer dizer, do progresso econômico-social do Brasil. Essa perspectiva apresenta um sério risco, portanto, para São Paulo e todo o sul industrial, uma vez que o subcônio, naquelas zonas impedirá o escoamento da produção, da sua indústria, determinando o fenômeno dos chamados «excedentes».

Relativamente às secas, o professor José de Castro

mostra que a falta de chuvas ocasionais representa apenas um fator de agravamento do estado de fome e de miséria em que vive o nordestino, decorrente do subdesenvolvimento geral. E conclui: «A fome em si mesma, é mais um fenômeno de ordem social do que natural. Porque — diz em desenvolvimento da tese — o centro da questão está no regime inadequado da estrutura agrária da região. Assinalando o mal de latifúndio, em geral indica esta particularidade: os grandes latifundiários nordestinos petram suas rendas para investilas no sul do país em ramos como o da indústria imobiliária e operações especulativas. Daí decorre que o Nordeste está se depauperando cada vez mais».

## ACONTECIMENTOS DA VIDA SINDICAL

— Forçados pela intransigência patronal em atender às suas reivindicações, 200 mil comerciários do Distrito Federal deram início, no dia 21, ao dissídio coletivo pleiteando 45% de aumento nos salários.

— Liderados pela sua Federação e Sindicatos da categoria, os trabalhadores marítimos realizaram, no dia 20 deste, uma concentração nas escadarias da Câmara Federal, reivindicando «urgência urgentíssima» para a discussão e aprovação, por aquela Casa, da verba de 613 milhões de cruzeiros solicitada em mensagem do presidente da República. Essa verba destina-se ao pagamento dos atrasados relativos aos quinquênios, repouso semanal, salário-família e outros direitos dos trabalhadores do mar.

— Anuncia-se para breve a realização do I Congresso Nacional dos Motoristas Profissionais do Brasil. Em entrevista com líderes motoristas, o presidente da República prometeu apoio oficial ao conclave que deverá realizar-se em Brasília. Os motoristas de todo o Brasil estão chamados a empenhar-se pela vitória do certame.

— Os trabalhadores paulistas articulam um movimento para conseguir a apresentação, ao Congresso, de um projeto de Lei estabelecendo anistia imediata para os trabalhadores grevistas. A frente deste movimento encontram-se principalmente os bancários que contam cerca de 300 companheiros de trabalho demitidos por participarem de greves.

— Os Sindicatos de trabalhadores vinculados à CAPFESP movimentam-se a fim de obter da presidência da República providências que coloquem aquela entidade em condições de atender às reivindicações mais prementes dos seus segurados. A CAPFESP atravessa situação difícil por falta de recursos financeiros.

— Numa atitude digna de ser imitada pelos Sindicatos de todo o Brasil, os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica e Gás, do Rio, decidiram, em assembleia, enviar ao presidente da República e ao diretor da Central do Brasil, um ofício exigindo medidas para sustar a onda de acidentes que está vitimando os trabalhadores cariocas. Ao mesmo tempo resolveram encetar uma grande campanha financeira para auxiliar a família de 5 associados do Sindicato mortos na última catástrofe da Central que enlutou o povo carioca.

— Prossegue com pleno êxito a greve denominada «movimento tartaruga», dos telegrafistas, deflagrada ante a negativa patronal em atender ao seu pedido de aumento de salário. É de se notar nesse movimento, que está preocupando as autoridades trabalhistas empenhadas em solucioná-lo, que ele consiste em cumprir, os telegrafistas, estritamente o seu dever, isto é, produzirem apenas o que exige a Consolidação das Leis do Trabalho, isto é, a transmissão e recepção de 25 palavras por minuto, no máximo. Por aí pode-se ver como são explorados aqueles profissionais.

Essa coincidência de opiniões não se limita à análise da situação. Ao indicar a solução, o autor, da «Geopolítica da Fome» pondera que o estabelecimento de uma política de recuperação efetiva do Nordeste tem que basear-se na total modificação da estrutura agrária. Resalta, igualmente, o relativo fracasso de iniciativas como as empreendidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para chegar à chave do problema: «Pouco adiantarão essas providências enquanto não se processar uma reforma de infra estrutura agrária do país».

Tão valioso pronunciamento, que vem juntar-se aos de outras autoridades já por nós citadas, como os sr. Humberto Bastos e Leite Neto, além de manifestações de órgãos da imprensa, como o próprio «O Estado de São Paulo», através de seu correspondente no Ceará indicam o amadurecimento crescente da opinião sobre o imperativo de medidas de reforma agrária no nordeste. Nos termos amplos em que a focaliza o professor José de Castro, essa transformação assume, realmente, o seu caráter de problema nacional. Interessa não apenas a esta ou aquela região, a uma dada camada social, mas ao desenvolvimento geral do país. A ela se condicional o ritmo e a extensão da industrialização, o aproveitamento intensivo das riquezas naturais, a elevação do nível material e espiritual de nosso povo e, por conseguinte, a consciência democrática e patriótica dos brasileiros.

De sorte que a colocação do problema do Nordeste na ordem do dia é já agora uma questão vital para a causa nacionalista. Esquecê-lo ou adiar sua solução significaria não atacar por todos os ângulos a construção do progresso da nossa pátria.

# Demonstração de Unidade e Espírito Combativo

Nos últimos dias do mês de abril realizou-se vitoriosamente, em Porto Alegre, o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Instalado solenemente no dia 27, no Salão Nobre do I.A.P.I., o conclave foi encerrado em praça pública no dia 30 de maio.

O Congresso foi uma vibrante manifestação de unidade dos trabalhadores gaúchos. A ele compareceram numerosos delegados de todas as regiões do Estado e das diversas categorias profissionais. No decorrer dos trabalhos foram debatidos, não só os problemas estritamente classistas, mas também as questões transcendentais de todo o povo brasileiro, tais como a reforma agrária e o desenvolvimento independente da indústria nacional.

## AUTORIDADES E CONVIDADOS PRESENTES

Estiveram presentes ao importante certame os representantes do governador do Estado, do prefeito de Porto Alegre, do deputado Fernando Ferrari, delegados do I. A. P. I., do CIS, do IAPC, do IAPM, representantes dos trabalhadores cariocas, uma representante da mulher trabalhadora gaúcha, e outros.

## RESOLUÇÕES DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA

Considerando de máxima importância as resoluções da Conferência Sindical Nacional, relativas à previdência social, o Congresso resolveu recomendar às entidades sindicais a intensificação de esforços para conseguir a aprovação do Projeto de Reforma da Lei Orgânica de Previdência Social e dirigir-se às entidades sindicais de grau superior, solicitando que seja constituída quanto antes a Comissão Nacional Sindical que deve acompanhar, no Senado Federal, a elaboração das emendas ao referido Projeto e disciplinar a apresentação das mesmas. Entre as sugestões que o Congresso apresenta como contribuição para a elaboração das ditas emendas figuram as seguintes: participação direta dos

trabalhadores nas direções das autarquias por intermédio das entidades sindicais; Criação nas autarquias de cartelas de seguro contra acidentes; diária para os trabalhadores acidentados e auxílio enfermidade igual ao salário percebido no exercício das funções; extensão dos benefícios da previdência aos familiares diretos dos segurados, etc.

Queremos chamar, especialmente, a atenção dos leitores para alguns pontos de parte das resoluções do Congresso que abaixo publicamos, tais como: aumento, para os trabalhadores que recebem salário superior ao mínimo, nas mesmas proporções em que for aumentado o salário mínimo; lei garantindo aos trabalhadores gratificação integral a um mês de salário, por ocasião do Natal; extensão da legislação social aos trabalhadores do campo; alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a incluir nelas os trabalhadores domésticos; redução da duração da jornada de trabalho para os menores, de modo a permitir que frequentem escolas diurnas; atualização da legislação do trabalho.

Essas questões incluídas nas resoluções do Congresso são da máxima importância e merecem a atenção das entidades sindicais e de todos os trabalhadores do país.

## Emendas Apresentadas Ao Projeto De Reforma Da Previdência Social — Necessidade De Atualizar A Legislação Trabalhista — Outras Resoluções Do Conclave — Mensagens Dos Ministros Da Guerra E Do Trabalho

### RESOLUÇÕES APROVADAS

Damos a seguir a íntegra de algumas das principais resoluções aprovadas:

- 1) Revisão do salário mínimo nos moldes vigentes, com a substituição imediata das comissões. Criação nas entidades sindicais de comissões específicas, com a finalidade de coletar dados e elementos estatísticos a fim de encaminhá-las às Comissões de Salário Mínimo.
- 2) Fixar em 60 dias o prazo mínimo para que essas Comissões tenham condições de estabelecer os novos níveis de salário mínimo. Nesta ocasião deverá a Comissão executiva convocar o Conselho Representativo do Congresso

de fim de estabelecer o quantum do novo salário mínimo.

3) Propõe à Câmara Federal a regulamentação do inciso do Art. 157 da Constituição Federal, estabelecendo o salário mínimo familiar com pagamento indireto pelo empregador.

4) Que por ocasião da campanha do salário mínimo as entidades sindicais promovam uma campanha junto aos empregadores a fim de garantir que todo o trabalhador que perceba salário superior ao mínimo seja auriuntado na mesma proporção do mínimo.

5) Considerando que as condições ainda não são suficientemente boas para a

aplicação de escala móvel de salário: resolve o III Congresso manter o assunto em pauta, visando melhores estudos que garantam sua justa aplicabilidade.

6) Resolve o III Congresso pleitear a instituição de lei específica que garanta a todo o trabalhador uma gratificação anual por ocasião do Natal igualando um mês de salário percebido pelo trabalhador.

a) Considerando os múltiplos setores que estão afetados ao atual Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, propõe o III Congresso seu desmembramento em Ministério da Indústria e Comércio e Ministério do Trabalho e Previdência.

b) Considerando as condições de desemprego legal e absoluta falta de assistência social de milhares e milhares de trabalhadores rurais, o III Congresso entende ser de urgente necessidade a extensão da Legislação Social aos trabalhadores do campo.

c) Considerando que atualmente não há entendimento quanto à aplicação da legislação do trabalho aos trabalhadores domésticos propomos a alteração do que contém a Consolidação das Leis do Trabalho a fim de que possa ser aplicável a esses trabalhadores.

d) Considerando que as entidades sindicais têm sido tradicionalmente o estêlo da ma-

(Concluído na página 11)

# Sofrem Horrores os Flagelados Cearenses

Fome e Doenças Ceifam Numerosas Vidas — Falcatruas São Cometidas Com Os Recursos Enviados Pelo Governo — Estivadores Empenham-se Na Vigilância Contra Os Roubos — Desenvolvem-se Campanhas Populares De Solidariedade — Em Ação a FALTAC e o Pacto de Unidade Dos Trabalhadores

Chegou a Fortaleza, no começo deste mês, uma Comissão de deputados federais, que veio tomar conhecimento dos efeitos da seca. Lemos nos jornais, que os deputados choraram ao ver os horrores da seca, refletindo-se na Hospedaria Getúlio Vargas e na Maternidade Popular, casas que alojam no momento, mais de 6 mil flagelados. No dia 7 do corrente morreram 6 crianças nas 2 casas; sendo 2 na Maternidade Popular (em construção) e 4 na Hospedaria Getúlio Vargas.

A Hospedaria Getúlio Vargas foi construída para abrigar 800 pessoas, e no momento, estão alojadas, se acotovelando cerca de 3.000 pessoas. Em frente à mesma Hospedaria, acham-se 1.500 pessoas «abrigadas» sob cajueiros e pequenas moitas, expostas às chuvas que têm caído, agora, já fora de tempo para inverno.

Estivemos ali, acompanhando uma Comissão de Diretores da FALTAC (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará), vimos filas de doentes para se receberem injeções; filas de famintos para receberem aquelas horas ainda a primeira alimentação do dia (16 horas); filas enormes para se alistarem para embarcarem. Vimos centenas de crianças doentes, as mães chorando certas de vê-las morrer mais tarde. Vimos uma criança morrer nos braços da mãe chorando. Vimos outra criança morta, saindo para o cemitério. Um camponês reclamava indignado, por ver sua esposa queimando-se com febre, procurou o médico, e responderam que fosse para a fila. Vimos um grupo de flagelados que estavam localizados nas moitas em frente à Hospedaria, dizendo que

sabiam que o Governo estava mandando recursos mas estes eram roubados no caminho, antes de chegar para os flagelados, disse ele: «já está bom da gente quebrar essa jossa de novo». A semana passada, os flagelados, indignados com a opressão que o Administrador Valdemar Nepomuceno vinha fazendo, quebraram as dependências da Hospedaria, cozinha, refeitório, etc.

Uma coisa nos chamou atenção: os flagelados, com toda fome com todo maltrato, estão de moral levantada. Não estão dispostos a levar gritos, ou ser humilhados por administradores. A precária assistência que vêm recebendo, eles a recebem não como esmola, mas como um dever que tem o Governo de dar-lhes esta assistência. Os flagelados sofrem a fome e toda espécie de necessidade, mas sob protestos constantes e indignados. A miséria que sofrem não abateu ainda a moral e a coragem dos camponeses.

A Comissão Diretora da FALTAC, foi fazer essa visita, para constatar o que os jornais diziam. Notícias nos jornais diziam que os flagelados estavam recebendo 4 refeições por dia. Há 4 dias a mesma comissão tinha ido ali e constatado o mal tratado aos flagelados. Desta vez, o que viu a Comissão, com o nosso testemunho? O mesmo tratamento. Fornecimento de refeição uma vez por dia, feijão preto da pior qualidade, cosinhado somente com água e sal. Para as crianças, pela manhã, um copo de leite em pó e cada criança pela manhã, um copo de leite em pó; para os adultos um café pela manhã; para as crianças, o alimento durante o dia é o mesmo dos adultos: feijão preto semicru, com farinha grossa. Vi-

mos 1.500 pessoas alojadas em frente à Hospedaria Getúlio Vargas, levando chuva durante os 4 dias, que choveu esta semana.

### CRESCER A SOLIDARIEDADE POPULAR

Há campanhas patrióticas de diversas formas na Capital, em benefício dos flagelados. Uma para apontar a Maternidade Popular o quanto antes para abrigar ali... 1.000 flagelados, esta dirigida pelos Diários e Rádios Associados, outra para angariar recursos para os flagelados, dirigida pelo sr. D. Luiz Távora. Festas e shows, etc.



realizados para angariar recursos para os flagelados. Há, ainda uma campanha de voluntárias para auxiliar a atender os flagelados nas Hospedarias e Maternidades, bem como para angariar remédios, etc.

O PAPEL DA F.A.L.T.A.C. O número de enfermeiros e de médicos assistindo os flagelados, é insignificante. Esta a razão por que está morrendo tanta criança à mingua. A causa da morte não é outra senão a fome. Os Diretores da FALTAC, estão com uma campanha através das entidades federadas, na defesa dos flagelados concentrados nas obras de emergência de socorro aos flagelados. Os associados dessa entidade só existem no campo, e é lá que está sendo encaminhada a luta por emprego a todos os que precisarem se empregar, e que sejam empregados nos seus próprios municípios. Lutam também contra os descontos ilegais de 20% nos salários dos flagelados; lutam ainda pela aplicação do salário-mínimo, Cr\$ 60.00 no interior do Ceará; lutam por assistência sanitária, farmacêutica e hospitalar a todos os flagelados; lutam contra as explorações nos fornecimentos de artigos de que necessitam os flagelados. EM AÇÃO O PACTO DE

### UNIDADE

Uma comissão do Pacto de Unidade dos Trabalhadores do Estado do Ceará, vai tomar posição contra sérias irregularidades verificadas na distribuição de gêneros chegado para os flagelados.

O Sindicato dos Estivadores prontificou-se a cooperar com o trabalho do Pacto, fornecendo números de volumes de gêneros desembarcados, bem como, a quem estão sendo entregues estes gêneros. Uma coisa já podemos dizer: não baixaram os preços dos gêneros, carne, e outros artigos que estão vindo para os flagelados. As notícias que temos, é de continuarem os mesmos preços nas construções. Quer dizer, muita gente está enriquecendo à custa da fome dos flagelados.

## I Congresso dos Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco

Violências da Reação Feudal — Aprovada Uma Carta De Reivindicações

Foram encerrados, no Recife, no dia 16 p. passado, os trabalhos do I Congresso dos Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco.

### PERSEGUIÇÕES

Segundo anuncia a imprensa, a reação feudal no Estado mobilizou-se tentando impedir a realização do Congresso. Assim, houve camponeses que foram impedidos de ir até Recife para assistir ao encerramento do conclave, enquanto que alguns delegados apresentavam equívocos causados pelos espancamentos a que foram submetidos pelos proprietários das terras em que residem.

### CARTA DE REIVINDICAÇÕES

No seu término o Congresso aprovou a seguinte CARTA DE REIVINDICAÇÕES: «Os lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco, reunidos em seu I Congresso, na cidade de Recife, nos dias 10 a 13 de maio, com a presença de Delegações oficiais da Assembleia Legislativa do Estado, Câmara Municipal do Recife e Prefeito da Capital, após debater inúmeras proposições,

resolve adotar como programa de lutas o seguinte:

- I) Inclusão no orçamento do Estado de uma verba anual destinada a aplicação de compras de terras para venda a longo prazo, aos trabalhadores agrícolas, conforme estabelece o projeto do Deputado Estadual João Teobaldo.
- II) Apoio integral ao projeto do Deputado Federal Fernando Ferrari que prevê uma nova forma de arrendamento com a liquidação do cambão e da condição.
- III) Demarcação judicial de terras do Estado, a fim de saber quem são seus verdadeiros donos.
- IV) Aplicações das leis que emparam o trabalhador do campo (salário mínimo, férias, pagamento do dia de descanso).
- V) Criação do Instituto para o homem do campo a fim de que tenha aposentadoria e outros direitos já assegurados ao trabalhador da cidade.
- VI) Criação de escolas de alfabetização em toda propriedade que tenha mais de 10 famílias.
- VII) Direito de voto aos analfabetos.

# Marítimos na Câmara Federal

REITOS ASSEGURADOS POR LEI HÁ LONGOS ANOS, AINDA NÃO ATENDIDOS — CHEGA DE PROTELAÇÕES — APROVAÇÃO IMEDIATA DA MENSAGEM 110

Cerca de 3 mil marítimos concentraram-se no dia 20 p. passado às 17 horas diante do palácio Tiradentes, na Capital Federal. A finalidade da concentração foi de solicitar aos parlamentares o regime de "urgência urgentíssima" para discussão e aprovação, naquela casa, da mensagem do presidente da República estabelecendo a verba de 192 milhões, destinada a atender às despesas com o pagamento dos atrasados relativos aos quinquênios, repouso semanal, salário família e outros direitos devidos aos marítimos.

Os marítimos aguardam há vários anos pela satisfação desses direitos já consignados em lei. Agora resolveram incrementar a luta pela sua concretização.

Os trabalhadores compareceram à concentração com faixas alusivas também a outras reivindicações, tais como o salário profissional, enquadramento sindical dos operários navais e outras.

Usando da palavra na "meeting" o sr. Djalma Santos, presidente do Sindicato dos Radiotelegrafistas da Marinha Mercante, encareceu a necessidade de uma União cada vez maior dos marítimos em defesa dos seus direitos, do que aliás, a concentração foi uma demonstração, pois ali se encontravam os trabalhadores das diversas categorias profissionais dos marítimos, algumas delas esquecendo passadas divergências.

(Conclusão da página 10)

atenção das liberdades democráticas e que o direito de sindicalizar-se está consagrado em nossa Constituição, enquanto este Congresso não houver razão para impedir a sindicalização dos trabalhadores autônomos e funcionários públicos. Pela mesma razão não há como negar o direito à estabilidade provisória aos delegados sindicais, nos mesmos moldes a que já possuem os direitos sindicais.

e) Considerando que o contrato coletivo de trabalho é meio mais eficaz de promover o desenvolvimento amplo da entidade sindical e promover, ainda, a valorização do trabalho suprimindo por falta de acerto entre as partes as deficiências de nossa legislação social, propõe o III Congresso que as entidades sindicais, sejam em conjunto individualmente, intensifiquem o estudo e, se possível,

## DEMONSTRAÇÃO DE UNIDADE...

a aplicação prática do contrato coletivo de trabalho.

f) Considerando as condições físicas e particulares da mulher operária e do menor trabalhador, propõe o III Congresso seja reduzida a jornada de trabalho aos menores, possibilitando que os menores frequentem escolas diurnas. Que, além disso, à mulher e ao menor sejam garantidos serviços e condições higiênicas que suas condições requerem, não sendo permitido, em hipótese alguma, seu trabalho em condições insalubres ou extra normais, como o trabalho noturno.

g) E que sendo as férias o justo e merecido repouso para que se retempere a raça após um ano de trabalho exaustivo, resolve o III Congresso propor que o tempo de férias remuneradas tenha a

duração de 30 dias, decrescendo proporcionalmente para 20, 15 e 11 dias, nas condições que estabelece o Art. 132 da CLT.

O III Congresso concluiu que a atual legislação do trabalho está em muito desatualizada, não tendo em muitos casos a aplicabilidade que seria de justiça esperar. Verifica, assim, a urgente necessidade de elaboração do Código de Trabalho, visando a ampliação e atualização desta legislação, além de promo-

ver, através de uma justiça melhor organizada e mais eficiente, sua aplicação justa e rápida.

## MENSAGENS RECEBIDAS PELO CONGRESSO

O Congresso recebeu mensagens dos srs. General Teixeira Lott e Parsifal Barroso, respectivamente ministros da Guerra e do Trabalho, enaltecendo os elevados objetivos do conclave e hipotecando-lhe apoio e solidariedade.

## PARA REAGRUPAR A ESQUERDA FRANCESA

(CONCLUSÃO DA PÁG. 4)

a terra africana, dentro da lealdade, da justiça e da caridade, esta paz tão ardentemente desejada.

Por seu lado, o antigo presidente do Conselho, Robert Schuman, parece haver exprimido em suas inquietações da hierarquia católica, declarando, a 28 de fevereiro último:

"É preciso poupar vidas humanas: se temos a possibilidade de pôr termo ao conflito, nossa única preocupação deve ser não mais prolongá-lo... A guerra não é uma escola de moralidade: nossos jovens estão marcados muito profundamente pelo que têm visto e têm sofrido..."

Além disso, podem-se ler, numa carta dirigida aos congregados da "Mission de France", linhas que nenhum padre francês se sentiria animado a escrever poucos meses antes: "Não é traidor de sua pátria o cristão que exige o respeito aos direitos dos outros. Não desmoraliza nem o exército, nem a nação, o cristão que condena certos métodos desumanos... Não temos o direito de nos encerrarmos em pontos de vista estreitamente nacionais... A Igreja considera como um bem a formação de novas nações".

Essa tomada de posição foi suscitada pela indignação de um católico praticante, fanático do *degaulismo*, Louis Terrenoire, que se insurgiu contra a "Mission de France", esforçando-se por exaltar as vantagens do colonialismo, quando o documento dizia: "Devemos recordar aos cristãos, como é nosso dever, que um país rico não pode utilizar pura e simplesmente um território em seu proveito: os valores nele criados devem beneficiar, em primeiro lugar, a todos os habitantes deste território, e isto, em oposição a opiniões e propaganda atuais, inspiradas pelo egoísmo nacional."

Em sua fúria, Louis Terrenoire chega a citar, como exemplo, o comportamento dos bispos alemães com relação aos crimes do hitlerismo!

"Quando tocou, escreve ele, aos bispos do outro lado do Reno evocar os campos nazistas de deportados, eles o fizeram com tal preocupação de pudor que o povo alemão nem de longe se sentisse culpado... Reclamamos que também se proceda assim, em comiseração pela honra do povo francês!"

A isto, respondemos que a honra do povo francês não pode ser defendida pela covardia e a dissimulação dos piores horrores, mas pela coragem e a verdade.

x x x

Falando no congresso dos Independentes, o reatante Roger Duchet insurgiu-se cheio de ódio contra aqueles que não aprovam a guerra da Argélia: "Eu vos direi que a rebelião deve ser vencida por todos os meios, que a traição deve ser despedaçada sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações, numa certa imprensa, numa certa burguesia, como em certas Igrejas."

E' assim reconhecida e estigmatizada a existência de divergências sobre o problema da Argélia, mesmo nos meios da burguesia francesa. E essas divergências seriam bem mais rapidamente desenvolvidas se os dirigentes do Partido Socialista não se tivessem feito os executores da política ultracolonalista e não se tivessem obstinado em fazer com que importantes camadas da população a admitiessem.

As perspectivas de uma solução vitoriosa do problema argelino reduzem-se mais e mais, as contradições se aguçam e a recente proposta do sr. Felix Gaillard relativa à criação de um pacto mediterrâneo não é de molde a modificar esta situação.

Os *degaulistas* do Partido Republicano Social declaram que Gaillard se lançou com incrível leviandade numa aventura que conduz à internacionalização do problema argelino. Quanto aos dirigentes do Partido Socialista, mostram-se algo constrangidos com a inclusão da Espanha de Franco num eventual pacto mediterrâneo.

A crítica de fundo que é feita em oposição a este projeto, de inspiração americana, consiste em que ele teria como resultado, se fosse realizado, reduzir consideravelmente o papel da França na África do norte e de colocar as riquezas do Saara à mercê dos golpes de poderosas sociedades americanas.

A guerra da Argélia se revela cada vez mais como prepa-

## DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DOS BANCÁRIOS

Transcrita da Declaração de Princípios aprovada na sessão plenária, realizada no dia 26 de abril do VII Congresso Nacional dos Bancários, realizado em Belo Horizonte de 21 a 27, do mês findo.

Nós, bancários do Brasil, reunidos em Belo Horizonte, por ocasião do VII Congresso Nacional dos Bancários, nos declaramos nacionalistas no elevado sentido do termo, eis que:

SOMOS pelo monopólio estatal do petróleo, como vem sendo realizado com êxito pela Petrobrás;

SOMOS pelo monopólio da energia elétrica, da exploração e industrialização de nossos minerais radioativos;

SOMOS pela proteção à indústria nacional legítima, pelo que condenamos a vinda de firmas industriais de capital estrangeiro, com o objetivo de concorrer deslealmente com as existentes no país, como ocorre com a American Can;

SOMOS, também, pelo monopólio estatal da borracha natural e sintética e do trigo bem como pela manutenção da atual política de preços do café;

SOMOS, do mesmo modo, pela defesa intransigente dos pecuaristas nacionais e do

consumidor, como no momento da crise, faziam porque apoiamos a nacionalização dos frigoríficos.

SOMOS pela nacionalização dos bancos de depósitos, contra o retorno indiscriminado dos lucros dos capitais estrangeiros e pela ampliação de nosso comércio exterior, de acordo com os superiores interesses de nossa pátria;

SOMOS contrários à alienação, a quem quer que seja, de qualquer parte do território nacional;

SOMOS defensores intransigentes e incansáveis das liberdades democráticas em nossas Cartas Magnas, não admitindo retrocesso no desenvolvimento da democracia brasileira, porque, por experiência própria, sabemos que os trabalhadores e seus órgãos sindicais são os primeiros a serem atingidos pelas leis de exceção;

SOMOS, finalmente, paladinos da sempre crescente unidade nacional dos bancários e de todos os trabalhadores, bem como da fraternidade universal dos assalariados, como fator preponderante da conquista das nossas reivindicações e garantia de um mundo de liberdade, progresso e paz.

Belo Horizonte, 26 de abril de 1958.

ratória de uma situação mais ou menos semelhante aquela do Vietnam, onde os americanos tiram vantagem de uma guerra feita pelos franceses durante sete anos.

Quanto aos bons ofícios anglo-americanos no que concerne às relações franco-tunisianas, não poderão conduzir a uma regulamentação séria e duradoura, porque a primeira condição para o restabelecimento das boas relações franco-tunisianas e também franco-marroquinas é o reconhecimento do direito do povo argelino à sua independência.

Desse modo, o governo francês se obstina a não mais o querer, voltando assim as costas à realidade, como o reconhecem homens que até recentemente viam as coisas de outra maneira. Assim é que o antigo ministro e deputado por Madagascar, Roger Duveau, escreveu: "Uma coisa é certa: as antigas colônias se transformarão, cedo ou tarde, em Estados nacionais. Os prazos podem variar, mas o resultado é fatal."

x x x

E' para tentar impedir o movimento da roda da História que o governo francês desejaria fazer imperar na França o grande silêncio da resignação.

Assim se explicam os atentados dos comandos fascistas sobre a guerra da Argélia um ponto de vista diferente dos colonialistas. Assim se explica a operação policial destinada a destruir a composição de um livro de J.-P. Sartre que comenta a narração dramática das torturas que sofreu o comunista argelino Henry Alleg e publicadas sob o título "La question".

Assim se explicam os atentados dos comandos fascistas contra as sedes do Partido Comunista, contra uma conferência que Edgar Faure deveria pronunciar, contra uma reunião pública durante a qual deveria usar da palavra o deputado radical Hovnanian.

Coroando todas estas operações encorajadas pela atitude mesma do governo, policiais anti-republicanos se lançaram, a 13 de março último, a uma manifestação antiparlamentar, em torno do edifício da Assembleia Nacional. Vê-se, assim, reproduzirem-se, em outras condições, o que se passou em 6 de fevereiro de 1934, quando o chefe de polícia demitido colocou-se à frente de bandos fascistas que projetavam derrubar a República.

A manifestação dos policiais anti-republicanos, que fascistas conhecidos, entre os quais alguns deputados, esforçaram-se por excitar, suscitou a indignação das massas populares e provocou legítimas apreensões nos meios de esquerda.

Os gritos de inspiração antidemocrática e racista lançados pelos manifestantes: "Os deputados ao Sena!", "Morte aos judeus!" — chamaram à realidade alguns que tinham tentado esquecer que o perigo fascista existe e que, nestas condições, não há outro meio de barrá-lo senão realizando a união da esquerda com os comunistas. A expressão, particularmente visível, do perigo fascista dará a esta idéia um novo impulso.

E quando, para fazer face a este perigo, o Partido Comunista Francês se dirige aos partidos e formações políticas de esquerda, às organizações sindicais e à Liga dos Direitos do Homem para lhes propor organizar em comum a resposta a isto, ele mostra o caminho a seguir para derrotar o fascismo.

Certo, a situação não está ainda amadurecida para que respostas favoráveis possam ser obtidas de todos aqueles aos quais se dirige a proposição, mas este tempo está chegando. As diferenciações que se produzem e das quais mostramos certos aspectos, acentuam as mudanças já processadas e que estão em vias de se aprofundar.

A situação permite visualizar a união da esquerda num futuro bastante próximo, em relação com a imperiosa necessidade de mudar o curso da política francesa.

Esta mudança, que o perigo fascista torna mais imperiosa, mais urgente que nunca, não pode ser feita senão com o Partido Comunista, cuja crescente influência foi destacada pelos recentes êxitos eleitorais. E é somente através da união, que as forças de esquerda poderão arrancar a França do atoleiro e abrir-lhe um futuro de esplendor e de grandeza nacional.

## A BATALHA DA DIFUSÃO

Satisfazem de um certo modo as providências tomadas junto aos nossos agentes D. F., no sentido de melhorar nesta Capital a circulação da VOZ. Nessa edição apesar dos pequenos custos, foi rapidamente esgotada, tendo comparecido para retirar as suas quantidades por cento dos agentes. Das convenhamos que essas medidas ainda são incompletas e que ainda continuamos com quantidades inferiores a 2 meses atrás. Mas valeu o esforço.

—||0||—

AGENCIAS RESTABELECIDAS: Vitória, Batatais, Guarã e Guaimbé.

NOVAS AGENCIAS: Iturava, Miguelópolis, Igarava, Altinópolis (SP) Nova Esperança (Paraná), Bom Jardim (E. Rio).

DIMINUIÇÃO: Itaussu menos 50 por cento; Limeira menos 25 por cento; Londrina menos 50 por cento.

AGÊNCIA SUSPensa: Jareí.

NOVO ASSINANTE: Cenário do Sul (Paraná).

PAGAMENTOS: DE 15 a 31 DE MAIO CORRENTE: Campos do Jordão — Cr\$ 100,00; Campos — Cr\$ ...

## VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

**Mário Alves**

MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	50,00
Úm. avulso	3,00
Úm. atrasado	5,00

Área ou sob registro, despesas à parte:

10, 24/5/958

# DESENVOLVE-SE A PASSOS DE GIGANTE A CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NA BULGÁRIA

**IMPETUOSO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E UMA CRESCENTE FONTE DE BEM-ESTAR DO POVO BÚLGARO — COMPLETADA A COLETIVIZAÇÃO DA AGRICULTURA — O PODER POPULAR CRIOU, EM 13 ANOS, RIQUEZAS QUASE SETE VÊZES MAIORES DO QUE AS CRIADAS PELA BURGUESIA EM 65 ANOS DE DOMÍNIO — APOIO DO POVO BÚLGARO AO PARTIDO COMUNISTA E AO GOVERNO PARA O TRIUNFO DEFINITIVO DO SOCIALISMO**

A REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA é um dos mais florescentes países socialistas do leste europeu. Está situada na parte oriental da península balcânica, tendo como países fronteiriços a România, Turquia, Grécia e Jugoslávia. O norte e o leste da Bulgária são banhados pelos rios Danúbio e o mar Negro, respectivamente. Sua superfície territorial é de 110.842 quilômetros quadrados. Do ponto de vista físico, seu território é muito acidentado, nele se encontram grandes montanhas e imensas planícies. Tem clima variado, terras férteis e rico subsolo.

Segundo os dados do último censo, realizado em 1956, a população da Bulgária é de 7.629.250 habitantes. Deste total, 33,6 por cento vivem nas cidades, percentagem que continua crescendo em virtude do desenvolvimento industrial do país. No ano de 1946, a população do campo era de cerca de 75 por cento do número total de habitantes.

A capital da Bulgária é Sofia, sua mais importante cidade. Ela comemora este ano o 80º aniversário da sua libertação do domínio turco, tem cerca de setecentos mil habitantes, constitui um dos mais importantes centros comerciais e industriais do país e é o mais importante centro cultural da tódia a Bulgária.

## AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO PAÍS

Há bem poucos anos atrás a Bulgária ainda era um país atrasado, com sua economia baseada na agricultura. Alguns anos antes, e durante a II guerra mundial, foi dominada por uma despótica ditadura fascista.

poderosa frente única antifascista, e dirigido pelo Partido Comunista Búlgaro, libertou-se da ditadura fascista e instituiu, em dezembro de 1944, a República Popular. A partir de então, a classe operária búlgara, os camponeses e a intelectualidade democrática tomaram em suas mãos o poder de Estado, enemi-

passaram a ser propriedade de todo o povo.

Desde então, a indústria da Bulgária se desenvolve, seguindo os princípios básicos do socialismo. Passados apenas dez anos, já se podem constatar profundas transformações na base econômica da Bulgária que, de país agrário atrasado, se tornou num país industrial-agrário em crescente desenvolvimento.

Esta constatação é confirmada pelos dados estatísticos publicados naquele país. Em 1939, 27,1 por cento da produção total da economia nacional correspondiam à indústria, enquanto que 72,9 por cento correspondiam à agricultura. Em 1956, 57,8 por cento correspondiam à indústria e 42,2 por cento aos demais ramos da economia nacional. Além disso, em 1956, a produção de energia elétrica aumentou em 9 vezes; carvão em 5 vezes; cimento em 4 vezes; minerais ferrosos em 12 vezes; minerais não ferrosos em mais de 80 vezes, em relação a 1939.

poder popular realizou ainda um intenso trabalho de investigações geológicas que tiveram como consequência a exploração de jazidas petrolíferas, antes inexistentes. Realizou a descoberta e exploração de novas jazidas de carvão, ferro, cobre e outros minerais.

Como decorrência das necessidades apresentadas pelo impetuoso desenvolvimento econômico da República Popular da Bulgária, em diversas regiões do país continuam as investigações geológicas. Em condições as mais difíceis cresceu o número de operários qualificados que continuam trabalhando para assegurar maiores riquezas à economia nacional.

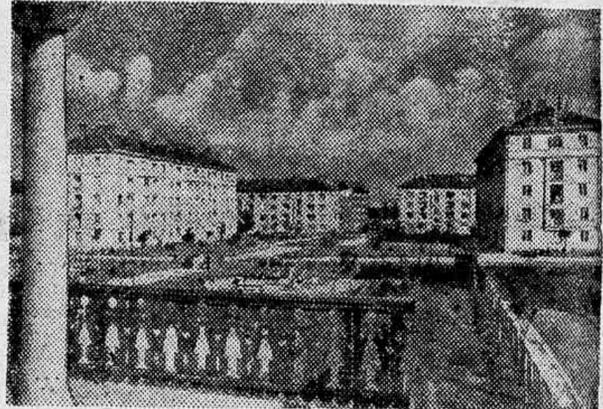
## O DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA

Durante os últimos oito anos, a economia rural da Bulgária sofreu radical modificação. Mais de 80 por cento dos camponeses e das terras estão organizados em cooperativas e graças à implantação da técnica elevada, 70 por cento dos trabalhos agrícolas estão mecanizados. Durante este período, nas fazendas cooperativas foram aproveitadas mais de 800.000 hectares de novas terras para o cultivo de uvas e hortaliças. No ano passado foi estabelecido um plano a longo prazo para um novo desenvolvimento da agricultura, prevendo obter até 1970, o dobro da produção, tendo como base a produção de 1956. Nesse sentido uma série de medidas foram previstas, desde as máquinas e adubos até as estufas para o cultivo de legumes e hortaliças durante o inverno.

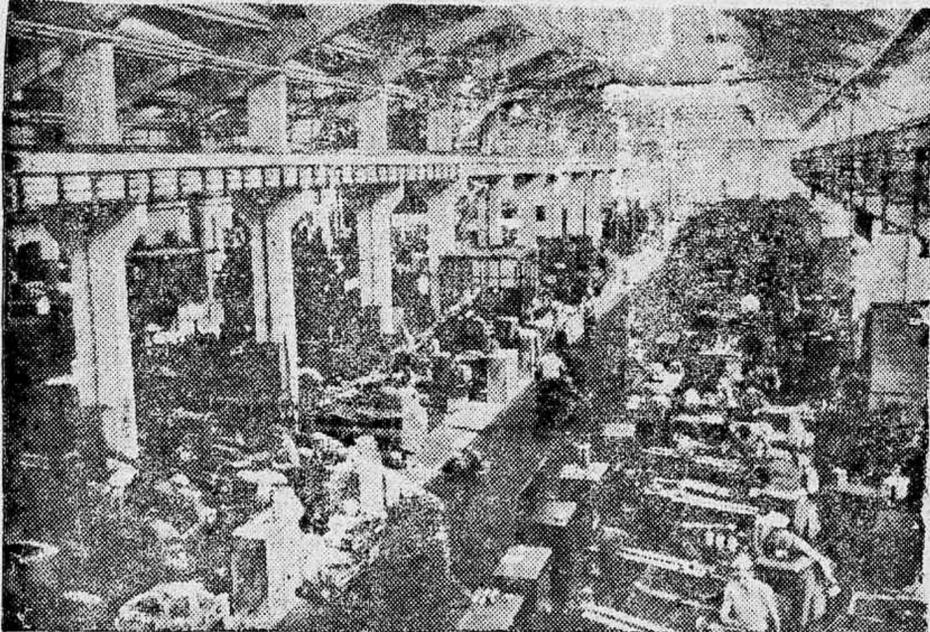
A crescente produção de frutas e legumes, na Bulgária, cria condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria de conservas. Esta indústria foi criada naquele país, pouco antes da Segunda guerra mundial com o objetivo de aproveitar a conjuntura política por que atravessava o mundo, para obter lucros rápidos e fáceis. Depois da nacionalização da indústria em 1947, criaram-se condições para radicais mudanças na indústria de conservas. As pequenas empresas, existentes até então, foram agrupadas em grandes combinados, os quais foram equipados com maquinárias moderníssimas. Dos êxitos desses empreendimentos, fa-



O cultivo de uva na Bulgária ocupa uma área de cerca de um milhão e quinhentos mil hectares de terra



Cresce sem cessar o bem-estar do povo búlgaro. Na foto um conjunto residencial para trabalhadores na indústria



Bulgária não é mais um país agrário. Ela própria já constrói suas máquinas

que, não só oprimia o povo búlgaro, como mantinha o país submetido a um atraso crônico, em virtude da sua política reacionária a serviço da burguesia e do imperialismo alemão.

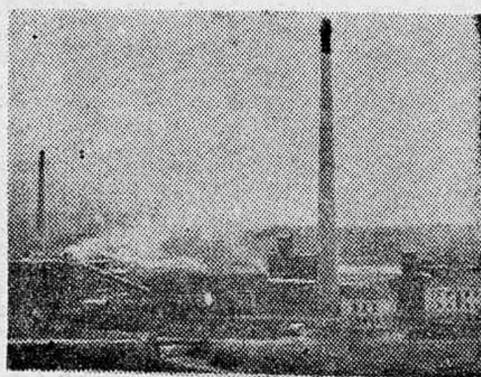
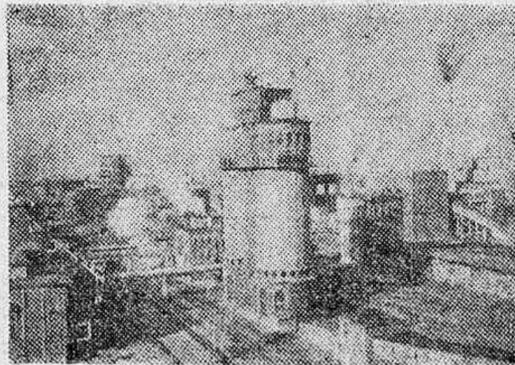
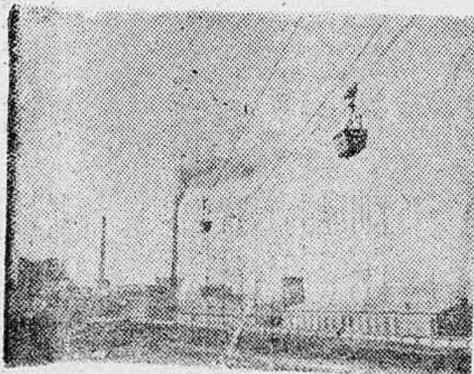
Durante a última guerra, o povo búlgaro, sob a bandeira da Frente da Pátria, ampla e

nhando-o para a construção do socialismo.

De acordo com a Constituição da República, em dezembro de 1947 foram nacionalizados a indústria, os bancos e as minas. O povo búlgaro acolheu com alegria este acontecimento histórico. Os principais meios de produção

## INTENSO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

O poder socialista construiu uma série de represas e centrais elétricas, aproveitando as águas dos rios das montanhas Rositza, Iskar, Arda, etc., para a irrigação e a obtenção de energia elétrica. O



Três pilares da indústria socialista búlgara: fábrica de chumbo e zinco, em Kardzhali; Combinada Química, em Dimitrovograd e a fábrica de Soda, nas proximidades da Devnya

lam eloquentemente as seguintes cifras:

1939	1944	1948	1952	1956
100	206	358	1445	2918

Por aí se vê que, tomando como base o ano de 1939, em 1956 a produção da indústria de conservas havia aumentado em quase trinta vezes.

Cerca de três partes da produção desse ramo industrial são exportados, o que permite à Bulgária importar novas instalações para a construção socialista. Em 1948 foram exportadas 1972 toneladas de conservas, enquanto que em 1956 essa exportação atingiu a mais de 53.000 toneladas.

Sob a direção do Partido Comunista da Bulgária, os dirigentes das fazendas cooperativas desenvolvem uma in-

## O PARTIDO E O GOVERNO CONTAM COM O APOIO DE TODA A NAÇÃO

A 22 de dezembro do ano passado realizaram-se em todo o país, eleições para deputados à III Assembleia Nacional. O povo búlgaro expressou, então, com seus votos, sua confiança aos candidatos da Frente da Pátria, sob cuja bandeira se apresentaram unidos nas eleições, o Partido Comunista, a União Nacional Agrária, os Sindicatos e demais organizações de massas. Tal fato, entretanto não se deu por acaso. É que o povo é testemunha de que, durante 65 anos de poder da burguesia, esta só foi capaz de criar uma produção industrial no valor de 19 bilhões de levas (moeda búlgara), e o Poder Popular, em apenas 13 anos de governo e 1966, o domínio fascista e a grande guerra, conseguiu criar riquezas no valor de 116 bilhões de levas. Antes, as riquezas nacionais pertenciam a uma minoria e hoje pertencem a todo o povo.

As eleições demonstraram que o povo búlgaro está decidido a levar ao triunfo definitivo a causa do socialismo na Bulgária.